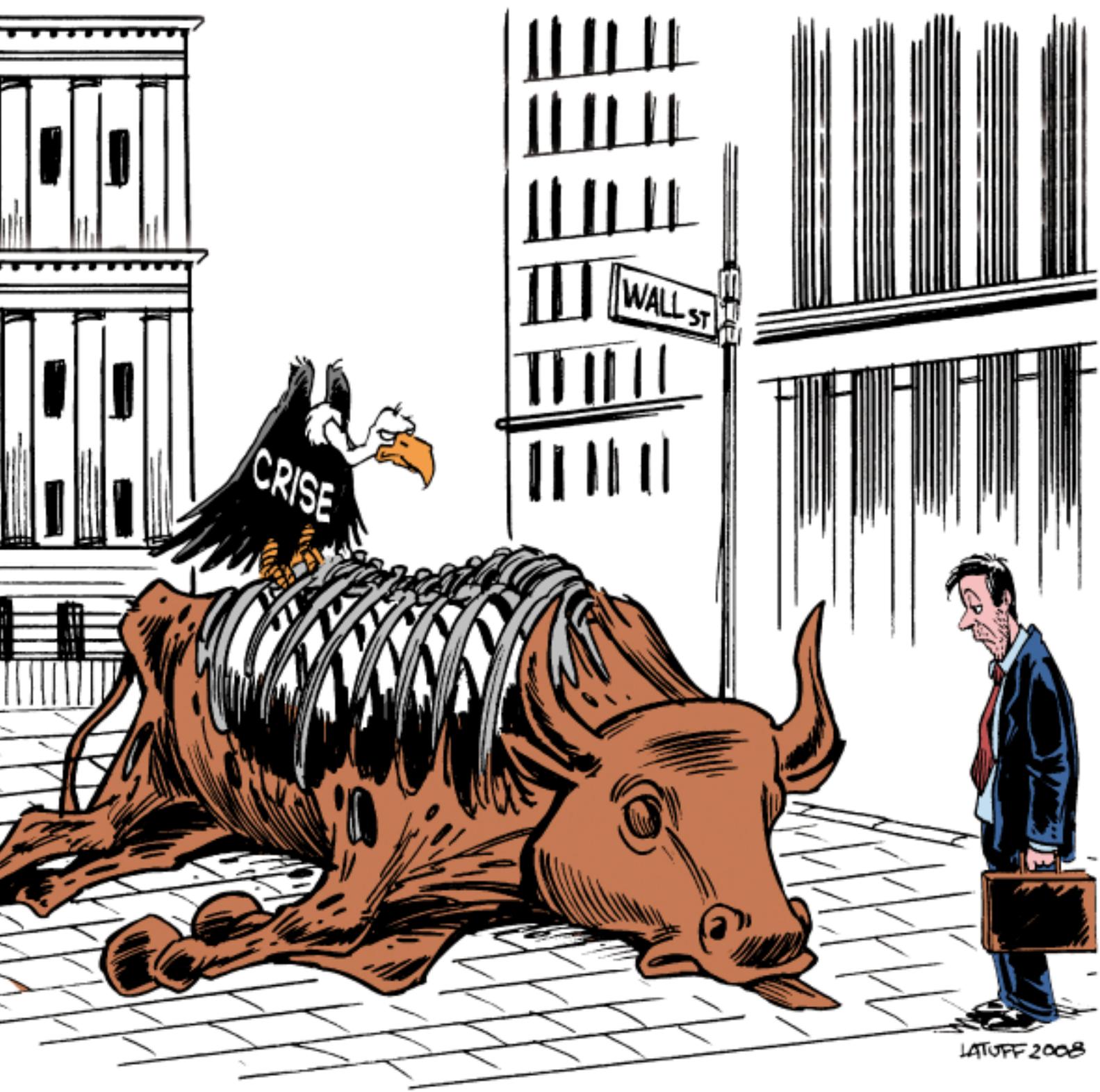


Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores
das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO III - nº 21 - Outubro e Novembro de 2008

CAI O MITO NEOLIBERAL



LATUFF 2008

Sisejufe e CUT contra o imposto sindical

Nesta edição de Idéias em Revista cujo tema principal é a crise financeira iniciada nos Estados Unidos e que contaminou todo o mundo, em maior ou menor grau, não podemos deixar de manifestar nossa contrariedade à medida do governo federal que estabelece a cobrança compulsória do imposto sindical também no setor público.

O Sisejufe e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) manifestam total rejeição à Instrução Normativa nº 1 do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece a obrigatoriedade do recolhimento da Contribuição Sindical, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, pelos órgãos da administração pública das três esferas de governo. Nesta lamentável iniciativa do Ministério, a CUT em nenhum momento foi consultada. O Sisejufe acionou o Departamento Jurídico, que estuda instrumento legal contra a cobrança.

Durante todo o ano de 2008, o Sisejufe tem reafirmado à categoria sua postura histórica contra cobranças compulsórias. Também a CUT nasceu na luta pela liberdade de organização sindical, na defesa da autonomia frente aos patrões e ao Estado, contra o imposto sindical. Por isso, exigimos a imediata revogação da Instrução Normativa nº 1, bem como que o Ministério do Trabalho e Emprego cumpra o compromisso assumido com as Centrais Sindicais e encaminhe o Projeto de Lei que extingue a Contribuição Sindical obrigatória e demais taxas compulsórias, com sua substituição pela contribuição vinculada à negociação coletiva, além de apoiar o Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional que ratifica a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Destaque



Atenção, Franca: quem ama com fé casado é

Nepotismo por amor

Já se disse que o Brasil carece apenas de uma lei, com um único parágrafo: cumpra-se a lei. Talvez. Mas como seriam tratados os casos em que a lei é violada pelos próprios juízes?

É o que ocorre na primeira circunscrição da Justiça Militar, no Rio de Janeiro. Uma denúncia feita, em agosto, pelo Sindicato dos Servidores da Justiça Militar Federal, abriu um processo no Conselho Nacional de Justiça em razão de três funcionários com "afinidade em primeiro grau" com os juízes Edmundo Franca e Antonio Cavalcanti Siqueira Filho.

Essa situação viola uma resolução do CNJ, de 2005, que veda a prática de nepotismo. Segundo o advogado Rudi Cassel, que atua em nome do sindicato, "os três casos configuram nepotismo".

Siqueira Filho manteve um enteado no cargo de diretor do Foro da Circunscrição Militar até 25 de agosto passado.

Os dois outros casos estão relacionados a Edmundo Franca, presidente da prestigiada Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal. Um deles, estagiário, não teve o estágio renovado, em junho passado. Mas a diretora de Secretaria permanece no cargo. O juiz informou ao CNJ que tem apenas uma relação amorosa com a mãe da funcionária. Há, porém, no processo documento que comprova "união estável".

"O magistrado terá de explicar essa contradição", diz o advogado. O nepotismo é agarrado à administração pública como a craca se agarra ao rochedo. Para evitá-la não tem bastado a lei.

40 CARTACAPITAL 1º DE OUTUBRO DE 2008

Idéias EM REVISTA

CAI O MITO NEOLIBERAL



SISEJUFÉ

Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 - PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Coffa, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponticiano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willans Faustino de Alvarenga. ASSESSORIA POLÍTICA: Márcia Bauer.

IDÉIAS EM REVISTA - REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3863/RS) - Max Leone (MTb 18.091) - Thais Vilela (Estagiária de Jornalismo) - EDIÇÃO: Henri Figueiredo
PROJETO GRÁFICO ORIGINAL: Claudio Camillo - DIAGRAMAÇÃO: Deiseidória de Carvalho - ILUSTRAÇÃO: Lufuf
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponticiano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro
IMPRESSÃO: DGD Artes Gráficas (8 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Secretária de Orçamento analisa proposta para pagar passivos

Na quinta-feira, 9 de outubro, diretores e secretários gerais dos tribunais superiores, e dos conselhos de justiça (CNJ, CSJT e CJF) se reuniram com a secretária de Orçamento Federal, Célia Corrêa, na sede da Secretaria, órgão ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O principal tema da reunião, que também contou com a participação dos coordenadores da Fenajufe Roberto Policarpo e Lúcia Bernardes e de assessores da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), foi o pagamento dos passivos devidos a servidores e magistrados. No encontro, os representantes dos tribunais apresentaram um estudo sobre o impacto orçamentário referente aos passivos que ainda terão de ser pagos nos

órgãos do Judiciário Federal. Os valores apresentados tratam do principal e dos juros dos 11,98% (URV), quintos, auxílio-moradia e adicional por tempo de serviço dos magistrados, algumas parcelas do atual PCS (Adicional de Qualificação) e outros passivos menores.

Ao apresentar os dados à secretária de Orçamento, os representantes do Judiciário ressaltaram que todos os valores são relacionados a dívidas antigas, especialmente com os servidores, e que, por isso, reivindicavam um posicionamento da área orçamentária do governo federal. Célia Corrêa afirmou que no momento não seria possível apresentar qualquer respos-

ta, mas garantiu analisar a proposta e os valores apresentados pelos tribunais. Ela informou, ainda, que só dará uma resposta na próxima reunião com os diretores e secretários gerais, agendada somente para o dia 28 de novembro. A secretária adiantou, no entanto, que considera o montante orçamentário apresentado bastante alto e vê dificuldades para resolver esse problema de imediato, principalmente devido à crise financeira enfrentada pelo país no momento. Disse, também, que esse debate e qualquer decisão a respeito dos passivos passarão, necessariamente, pela Casa Civil e pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. (Da Fenajufe.)

CSJT define novo valor para auxílio-alimentação

Por meio do Ato 198/2008, publicado no Diário da Justiça, na quinta-feira, 23 de outubro, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) estabeleceu o valor de R\$ 590,00 a título de auxílio-alimentação a ser pago nos Órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. O novo valor passa a ser recebido pelos servidores a partir de 1º de novembro.

Depois do TRT, TRE regulamenta a licença-maternidade em 180 dias

Na tarde de segunda-feira, 13 de outubro, o Pleno do TRE do Rio de Janeiro aprovou por unanimidade a regulamentação da licença-maternidade de 180 dias. O TRT já tinha, dias antes, regulamentado a licença-maternidade também em 180 dias. Quando da publicação da ampliação da licença pela Presidência da República, o diretor sindical João Mac-Cormick reuniu-

se com o coordenador de Análises Técnicas do TRE, Alan Amand, e com a chefe da Seção de Direitos e Deveres do TRE, Deborah Bulhões, e solicitou a regulamentação. Na oportunidade, o diretor sindical também solicitou que as servidoras que já estavam em licença também fossem beneficiadas quando da regulamentação da ampliação, o que vai acontecer agora.

Fim do fator previdenciário está próximo

O Congresso Nacional analisou, em 8 de outubro, projetos com importantes vitórias para os aposentados, pensionistas e segurados do INSS. A Comissão de Seguridade Social e de Família da Câmara aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 3.299, de 2008, do senador Paulo Paim (PT-RS), que acaba com o fator previ-

denciário. O PL segue agora para a Comissão de Tributação e Finanças. O projeto substitui o fator pelas idades mínimas de 51 anos (homens) e de 46 anos (mulheres) para requerer a aposentadoria, com uma escala de transição que vai até 2035, quando a idade será de 60 e 55 anos, respectivamente.

Sisejufe requer, no TRE, conversão dos quintos incorporados

O Sisejufe pediu, em outubro, o aumento da parcela incorporada de quintos de seus filiados da Justiça Eleitoral, naqueles casos em que houve aumento da FC ou CJ usada para retribuir a mesma função, posteriormente à Lei 11202/2005 e à Resolução 658/06 do TRE-RJ. Em alguns casos, funções retribuídas com FC5 passaram a ser retribuídas com FC6 e funções retribuídas com FC6 passaram a ser retribuídas com CJ1, porém essas alterações não produziram efeitos na parcela de quintos incorporada.



Cartas dos leitores

Acesso à JF: bermudas não podem, minissaias sim

Gostaria de colocar uma situação que há muito vem sendo tolerada, mas que incomoda muito e não vi até hoje ninguém se manifestar a respeito. Mas está passando da hora de haver uma mudança de postura em relação a tal fato. Trata-se dos trajes de acesso às dependências da Justiça Federal. É um absurdo que até hoje as pessoas sejam impedidas de acessarem aos prédios da Justiça só por estarem vestidas de bermudas. Claro que deve haver bom senso e não se permitir a

vulgarização como entrar em trajes de banho, *shorts*, ou vestimentas deste gênero mais apropriadas para ir à praia. Mas tenho presenciado situações incoerentes, quando mulheres vestidas com bermudas até o joelho não podem ter acesso ao prédio enquanto outras vestidas de saias sumárias, “minissaias”, desfilam pelas passarelas da Justiça incólumes. (...) É inadmissível que em pleno século XXI ainda nos deparemos com esse tipo de preconceito. (...)

Jarluce da Motta Delgado Pazos
Analista Judiciária – JF – Niterói

Crise financeira nos EUA

Estamos presenciando o maior colapso financeiro nos EUA, desde a crise financeira de 1929, onde os americanos enfrentaram a amargura da Grande Depressão. (...) Esse colapso financeiro de 2008, teve seu início a partir de uma vontade política, social e econômica, em virtude de uma falha do Poder Público, da sociedade, e das instituições financeiras, ao permitirem que centenas de milhões de americanos e estrangeiros residentes naquele país realizassem empréstimos e financiamentos além da capacidade de que poderiam suportar, ou seja, concederam empréstimos imobiliários a quem não poderia pagá-los. (...) De um lado, uma população que vive acima de seus próprios meios, gastando além do que poderia fazê-lo sem comprometer a renda familiar. Do outro lado, surgiram as instituições financeiras que se apresentaram como mediadoras, facilitando os empréstimos e os financiamentos imobiliários, a partir de uma ganância desenfreada pelo lucro fácil do capitalismo dos dias atuais. Pode-se dizer que essa crise americana é um Tsunami financeiro que apareceu com forças devastadoras, e tem causado

preocupação entre os especialistas em Economia; pois não sabem ao certo as conseqüências desse colapso que tem deixado muitos estragos na economia internacional. (...) Sendo assim, passo a meditar nas palavras do rei mais sábio que já existiu na face da terra, e que também recebera sabedoria e riquezas do próprio Deus. Trata-se do rei Salomão, que escrevera Cantares, quando ainda jovem e muito apaixonado; e depois, já na meia-idade, e com muito mais sabedoria, escreveu Provérbios. (...) Mas é no final da vida, já estando farto de ver tantas coisas na face da terra e percebendo que muitas atividades não fazem sentido, é correr atrás do vento, então escreve o livro de Eclesiastes, cujo significado é o de Pregador, ou seja, aquele que reúne uma assembléia e lhe dirige a palavra: “Vaidade de vaidades! Vaidade de vaidades! É tudo vaidade! Que grande inutilidade! Nada faz sentido! O que o homem ganha com todo o seu trabalho em que tanto se esforça debaixo do sol?” (Eclesiastes 1.2-3).

Samuel Coelho
do Nascimento
Bacharel em Teologia
Técnico Judiciário – TRT –
Nova Iguaçu

Valorização dos cargos ligados à informática

Sugiro a elaboração de um plano de cargos e salários específico para as carreiras ligadas à Informática. Estas equipes serão estratégicas no futuro para o Judiciário em função da crescente adoção do processo eletrônico. (...) A instituição tem que iniciar um processo de valorização destes profissionais e treinamento contínuo para que o magistrado tenha sempre ao seu lado peritos extremamente capacitados para elaborarem pareceres técnicos sobre questões suscitadas pelos advogados.

Carlos Alberto C. da Silva
Justiça Federal

Idéias
EM REVISTA

Caro Carlos, o Plano de Carreira que estamos discutindo contempla o debate sobre a área de informática e é bem mais amplo do que um plano de cargos e salários. Participe dessas discussões também. Nos próximos dias 14 e 15 de novembro o Sisejufe promove o Encontro Estadual sobre Plano de Carreira, na sede do sindicato, que vai deliberar sobre a proposta do Rio que será apresentada em âmbito nacional.

Núcleo dos Oficiais de Justiça retoma atividades

Na noite de 18 de setembro, Núcleo dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Nojaf) do Sisejufe retomou as atividades num encontro na antiga sede do sindicato, na Rua Senador Dantas, centro do Rio. Com a participação de 15 sindicalizados, a reunião serviu para esta-

belecer o método de trabalho do núcleo e discutir o anteprojeto de lei sobre a Execução Administrativa – fruto de consenso entre a Ajufe, a Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) e o Conselho da Justiça Federal (CJF) e que prevê a perda de diversas atribuições da Justiça Federal, entre

as quais, a penhora de bens. Na ocasião também foram discutidos aspectos do Plano de Carreira que afetam o setor dos oficiais de justiça. No dia 7 de outubro, o núcleo voltou a se reunir para discutir a GAE e o Plano de Carreira. Leia abaixo, algumas opiniões sobre esses encontros.

Foto: Sérgio Brenner



“É importante a reativação do Nojaf porque agora temos a discussão do Plano de Carreira, a luta pela Redução da Jornada de trabalho para 6 horas diárias e o Projeto de Lei da Execução Fiscal Administrativa. O trabalho do núcleo é coletivo dele podem participar os filiados e filiadas com disposição de colaborar com propostas que integrem os profissionais executantes de mandados aos demais colegas de outros cargos e funções do Judiciário, além de cuidar de assuntos específicos do cotidiano. A primeira reunião

definiu que mensalmente acontecerá o encontro no Nojaf, preferencialmente nas primeiras terça-feiras de cada mês, às 19h. Os participantes deste primeiro evento debateram Plano de Carreira, a Redução da Jornada de trabalho e o preocupante Projeto de Lei da Execução Fiscal Administrativa – que retira do Judiciário grande parte de suas atribuições, concentrando-as no Executivo. Mudanças na Legislação que vão afetar toda a categoria do Judiciário Federal. Assim, o enfrentamento de todas essas

questões tem que ser conjunto e no sindicato. O Sisejufe é nosso legítimo representante e é o único que nos dá o respaldo necessário para conscientizar os magistrados, os parlamentares e a sociedade porque, em nossa defesa, adota medidas políticas e jurídicas. Daí é urgente que os oficiais de justiça estejam presentes no Sisejufe, atentos às atividades sindicais para interagirem nestes novos tempos de grandes informações.”

Vera Lúcia P. dos Santos

“Tenho esperança que outros colegas se juntem a nós porque as lutas estão aí e temos de participar. Ninguém vai nos substituir na defesa dos nossos interesses específicos. Precisamos brigar e todo governo é igual a feijão duro, só funciona na pressão. Se as pessoas não se mobilizarem e brigarem vai acontecer o que sempre aconteceu nesse país, onde há pouca participação e as pessoas são espectadoras da História. As pessoas precisam participar para poder alterar a realidade. Só assim a gente altera a realidade, participando. E não apenas vendo a propaganda eleitoral na televisão.”

Foto: Henri Figueiredo



Carmem Diniz

“Eu achei a reunião bastante representativa, com um grupo de oficiais de justiça bastante expressivo. Uma questão mais geral, que interessa a toda sociedade brasileira, é a questão do Projeto de Execução Fiscal Administrativa que ainda está sendo discutido e não chegou ao Congresso. Precisamos discutir esse projeto de forma mais democrática e mais aberta a fim de vermos o alcance dessas medidas e se elas são realmente positivas para a sociedade. De certa forma, o projeto como está retira atribuições do Judiciário e, indiretamente, dos oficiais de justiça e, no meu ponto de vista, concentra poderes da cobrança fiscal sobre o próprio Execu-

Foto: Henri Figueiredo



tivo e não sei se isso é interessante para a sociedade em função da estrutura do Estado brasileiro.”

Lício Coelho dos Santos



Foto: Sérgio Brenner

“Todo o Judiciário pode perder, com a perda de atribuições, e principalmente a Justiça Federal vai ficar enfraquecida. Esperamos conseguir algumas vitórias para amenizar, do ponto de vista do servidor, essas perdas de atribuições, e do ponto de vista do cidadão para que se res-

peite um pouco mais alguns princípios constitucionais e não se restrinja alguns direitos. Voltamos muito apreensivos do 1º Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores (Conojaf), que aconteceu em setembro em Belo Horizonte. Do ponto de vista do oficial de justiça, fica

muito clara a perda de atribuições nesse projeto. Tivemos uma surpresa com a explanação do juiz federal Walter Nunes de que já haveria acordo entre a PFN e a Ajufe, inclusive com a participação do CJF.”

Márcio Cotta

TRE desrespeita direito à acessibilidade

Ricardo de Azevedo Soares*

Fotos: Sérgio Brenner

O direito à acessibilidade das pessoas com deficiência, garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 10.098/00, foi completamente desvirtuado – ao menos no primeiro turno das últimas eleições. Os eleitores deficientes visuais se sentiram desrespeitados no exercício do direito do voto, visto que a acessibilidade não foi garantida às urnas eletrônicas. Nem mesmo as localizadas no Instituto Benjamin Constant, escola especializada na educação de cegos, escaparam da falta de acessibilidade. A grande maioria das urnas do estado sequer equipadas com sistema de som estava; em outras não estava disponibilizado o fone de ouvido; já em outras o som era de péssima qualidade ou demasiadamente baixo.

Outro problema percebido por muitos deficientes visuais foi o despreparo dos trabalhadores das eleições, pois não foram treinados para o atendimento às pessoas com deficiência. O exemplo mais citado é o fato de que como a lista dos candidatos não estava em Braille, os mesários precisariam necessariamente procurar pelo nome ou número nela, caso algum eleitor com deficiência visual solicitasse.

Pelo que se verificou de vários relatos de portadores de deficiência visual, as eleições no estado fluminense foram uma verdadeira casa dos horrores em matéria de acessi-



Ricardo Soares:
“Ao contrário de estados como Ceará, o Rio de Janeiro parece estar anos-luz do que se deseja em matéria de acessibilidade.”

bilidade para esses cidadãos. Ao contrário de estados como o Ceará, o Rio de Janeiro parece estar a anos-luz do que se deseja em matéria de acessibilidade.

O Sisejufe, na intenção de evitar problemas de tal ordem nas eleições municipais, deu entrada no dia 15 de maio, no TRE, com o ofício número 138. No documento, o sindicato solicitou reunião com a Presidência do Tribunal para tratar da acessibilidade das pessoas com deficiência às urnas eletrônicas. Até o fechamento desta edição, o Sisejufe ainda não tinha sido procurado para a mencionada reunião – apesar dos problemas do primeiro turno.

A Associação dos Ex-Alunos do Instituto Benjamin Constant, após os desrespeitos perpetrados pelo TRE, também ingressou com ofício requerendo providências já para o segundo turno. Igualmente não houve qualquer pronunciamento por parte daquele tribunal. A referida associação providenciou ação judicial para garantir o pleno acesso das pessoas com deficiência ainda no segundo turno.

*Analista Judiciário. Diretor sindical e coordenador do Núcleo das Pessoas Portadoras de Deficiência do Sisejufe.

TJ do Maranhão proíbe cego em concurso para juiz

Sob a alegação de que o trabalho de juiz não pode ser feito por cegos, o Tribunal de Justiça do Maranhão proibiu que a prova do concurso para a magistratura estadual seja feita em Braille, com ajuda de leitor (pessoa que lê a prova) ou com softwares. A proibição inviabiliza ainda a participação de pessoas com baixa visão, já que veta também o uso de letra ampliada. O Ministério Público do Estado sugeriu ao TJ-MA que exclua a proibição do edital. Para o promotor Ronald Pereira, da Promotoria de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Luís, não

há impedimento para que um cego exerça a atividade de juiz. “A magistratura é uma atividade que exige o intelecto. O juiz vai lidar com a leitura dos autos”, disse o promotor. O presidente do TJ-MA, Raimundo Cutrin, disse, por meio de assessoria de imprensa, que a atividade de juiz é incompatível com a falta de visão. Segundo ele, juízes têm de fazer inspeções, correções e interrogatórios, atividades que exigem “visão apurada”. No último dia 7 de outubro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou reserva de 5% a 20% das vagas para pessoas com deficiência em todos os concursos para ma-

gistratura do país. A decisão não faz ressalva a cegos. A determinação, contudo, dá autonomia aos tribunais para definir os editais, observando a “compatibilidade entre as funções a serem desempenhadas e a deficiência do candidato”. Para o diretor-presidente da Associação de Deficientes Visuais e Amigos (Adeva), Markiano Charan Filho, a proibição está fora da realidade. “(O tribunal) Está indo na contramão do que se fala hoje, que é a inclusão”, afirmou ele.

Fonte: Sílvia Freira, da Agência Folha

Proliferaram as associações

Roberto Ponciano*

Era de se esperar que, sob o impacto da criação da Associação dos Analistas Judiciários (Anajus), cujo objetivo é lutar contra a ascensão funcional dos técnicos e para o estabelecimento de uma maior distância salarial (como se os analistas fossem uma categoria à parte dentro da categoria dos servidores do Judiciário Federal) logo aparecesse também uma “Tecno Jus”. Não demorou uma semana... saiu. E o grande objetivo é lutar para que os técnicos judiciários se tornem uma categoria de nível superior. Suprema e doce ilusão. Os agentes da polícia federal passaram a ser considerados cargo de nível superior. Qual foi o grande efeito disto? Ou melhor, o que procuravam com isto? A igualdade salarial com os delegados e outros cargos considerados de nível superior desde sua criação. O que conseguiram? Assim como em todas as carreiras em que há dois cargos de nível superior, não conseguiram nada. Só aumentar a exigência no concurso.

Com a criação de todos cargos de nível superior não se suprime a diferença, se cria um cargo A e um cargo B na carreira de nível superior com salários diferenciados. Isso ocorreu em todas as carreiras que usaram deste expediente. E ocorreu por uma simples razão: a Constituição proíbe a ascensão funcional. Portanto, a unificação da carreira seria uma ascensão funcional disfarçada. Os servidores caem nesta esparrela e ficam presos numa ilusão. Não resolvem seu problema e ajudam a elitizar e privatizar a Justiça.

Sim, aumentar o nível de exigência no concurso para técnico só serve para elitizar e privatizar a Justiça. Elitiza pois tira a oportunidade de milhões de trabalhadores que não têm acesso ao ensino superior de passar num concurso público na área. Eu pergunto: quantos de nós técnicos (inclusive este que vos subscreve) passamos no concurso público enquanto ainda estudávamos e quanto aquilo foi fundamental para nossas vidas, para

Foto: Sérgio Brenner



podermos sobreviver, sustentar nossas famílias, terminar nossas faculdades? Fechar a porta na cara de pessoas que estão numa situação análoga é uma atitude elitista, egoísta e preconceituosa. Que guarda o pensamento anti-republicano de que o Estado existe para nos servir. Se antes, quando eramos concursandos, queríamos o concurso de nível médio, agora, garantidos na carreira, que se dane a população em geral.

Passsei no concurso quando ainda estava na faculdade, só tinha o segundo grau completo e se não tivesse passado para a Justiça Federal tenho dúvidas de como estaria minha vida agora. Foi uma oportunidade de vida, de trabalho, de sustento, de ascensão, que agora, com a busca da elitização do concurso querem negar a milhões. Aviso, a elitização do concurso não transforma o técnico em analista, ao contrário, joga a carreira do técnico no limbo. Será uma carreira de segunda classe na estrutura dos cargos de nível superior. A solução viável e passível de discussão é a da ascensão funcional com critérios objetivos (concurso externo com reserva de vagas) já em discussão na PEC 34.

De outro lado, o fim do cargo de nível de segundo grau dá a força que faltava às administrações para terceirizar, privatizar, extinguir cargos, passar para a iniciativa privada uma série de funções de “menor qualificação”, já que só haverá cargos de “maior complexidade”. Um desastre anunciado, minando a força da categoria como um todo.

Na proliferação de associações, que só fazem jogar trabalhador contra trabalhador, há o grande mal de não se discutir o conjunto. Querem transformar em política de Estado a lei de Gerson, ou seja, farinha pouca... o meu pirão primeiro! A Anajus pretende discutir o aumento dos analistas em separado, sob o sofisma de que, do contrário, os técnicos “levam todo o orçamento” (isto está na lista de discussão deles!). A TecJus quer discutir o direito dos técnicos, por que somos a “maioria”. A visão de uma categoria única, unida, com um projeto unificado vai se perdendo e as pessoas vão se isolando ao reivindicar como “categoria” os seus “setores”. Categoria é o conjunto completo dos trabalhadores com todas as suas peculiaridades. A profusão de associações luta por projetos específicos em vez de desenvolver uma visão global. Tem o mal na gênese, já que para passar ver os “seus projetos” aprovados traz em seu bojo que outra parte da categoria deve ser alijada, prejudicada ou preterida.

Só um sindicato unificado, com uma visão do conjunto da categoria, pode evitar este desastre. A fragmentação da categoria vai levar ao enfraquecimento, à fragilidade na luta e no combate às más administrações. E consequentemente vai haver enxugamento do quadro e perda de representatividade e de poder de mobilização. É o que já está acontecendo com as execuções administrativas, mandados eletrônicos, substituição de servidores por funções informatizadas e contra o que demoramos a lutar, tão ocupados estamos em olharmos para o nosso próprio umbigo.

*Técnico Judiciário. Diretor do Sisejufe.

Sisejufe comemora o Dia do Idoso

Na tarde de terça, 30 de setembro, o Sisejufe antecipou as comemorações do Dia Nacional do Idoso (1º de outubro) com um conjunto de atividades em parceria com o Núcleo de Aposentados da Caixa de Assistência ao Advogado do Rio de Janeiro (CAARJ). A tarde de festa aconteceu na sede da CAARJ, ao lado da OAB-RJ, no Centro do Rio.

Os convidados puderam aferir a pressão e a taxa de glicose com profissionais da Unimed (conveniada com o Sisejufe) e acompanharam a palestra da psicoterapeuta Dina Frutuoso sobre o Estatuto do Idoso. Dina integra o Conselho Estadual da Pessoa Idosa (Cedepi) e a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (Abrapa).

Em seguida, foi apresentada a peça de teatro "Casa Segura", com o grupo Fanfarra Carioca. A peça mostrou com muito humor as alternativas de segurança e de prevenção de acidentes domésticos. Os convidados tiveram ainda oficina de dança e show de MPB – que animou o baile até o fim da tarde.

Fotos: Henri Figueiredo



Pressão: profissionais da Unimed atenderam os participantes



Fanfarra Carioca: grupo apresentou a peça Casa Segura



Se soltando: professor de dança ensinou passos



No ritmo: aposentados mostraram que tem suingue



MPB: banda com repertório brasileiro animou o baile



Mesa farta: pães, queijos, pastas e frutas no cardápio da festa

Idéias Entrevista Dina Frutuoso

“Não me aposentei da vida.”

Henri Figueiredo*

A psicóloga Dina Frutuoso, 68 anos, é a atual presidente da Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (Abrapa), fundada em 1949 pelos pioneiros da psicologia no Brasil. Professora universitária e escritora, Dina apresentou durante o evento do Dia do Idoso o seu livro “A idade do saber” (Leo Christiano Editores) e falou sobre o Estatuto do Idoso e sobre aprender a envelhecer.



Foto: Henri Figueiredo

Idéias – Por que atividades como essa são importantes para as pessoas idosas?

Dina Frutuoso – Eu sempre falo sobre relacionamento intergeracional. Não podemos colocar o idoso dentro de um gueto. O idoso pertence a uma família, a uma sociedade, a uma instituição. O importante é ele sentir-se inserido. Com a melhora da qualidade de vida nas cidades, as pessoas estão durando mais, está acontecendo um alongamento da vida e a pirâmide populacional no Brasil está se invertendo rapidamente.

Idéias – Qual é o grande avanço, na sua opinião, desde a promulgação do Estatuto do Idoso?

Dina Frutuoso – O estatuto foi promulgado em 2003 e começou a funcionar em 1º de janeiro de 2004. Nós já tínhamos, em alguns estados, leis ligadas a gratuidade nos transportes, por exemplo, mas com o estatuto houve uma ênfase maior. Um dos grandes avanços é a acessibilidade, como a obrigatoriedade de rampas, por exem-

plo, porque a quantidade de quedas de idosos é muito grande. Nós estamos precisando mais de locais em que as pessoas possam passar os dias. Nós não temos no município do Rio nenhum centro para idosos. Essa vai ser uma luta para o próximo prefeito.

Idéias – Como é envelhecer?

Dina Frutuoso – Eu tenho sorte! Sou de família longeva. Meu avô e minha avó morreram com mais de 80. Meu pai com 88 anos. E mamãe faz 93 anos em 8 de outubro. E eu tenho estudado muito isso, isso me despertou. Há 20 anos eu estudo, academicamente. Tanto que eu defendi a 1ª tese de doutorado do Brasil sobre a Universidade da Terceira Idade, em 1996. Você vê, já se passaram 12 anos, é muito tempo, disso que parece tão novo. Pra mim, envelhecer tem sido isso. Eu me aposentei da universidade, me aposentei do trabalho no Estado, mas não me aposentei da vida. Continuo clinicando, dou palestras, escrevo, falo em rádios, dou entrevista sempre que me chamam... É uma coisa que eu gosto muito.

Idéias – Muitos idosos bastante ativos evitam reunir-se em grupos com outros idosos. Como você analisa isso?

Dina Frutuoso – Vejo como preconceito. Eu nasci em 1940 e assumo a minha idade. Não é a “melhor idade”, não gosto desse termo. Nós pertencemos à terceira idade, no sentido do conceito teórico, pessoas a partir de 60 anos no nosso país emergente, ou 65 anos nos países de 1º mundo. Mas que continuam ativas, que escrevem, se exercitam, fazem coisas. É muito ruim quando você nega, fecha as portas da comunicação interpessoal. E isso precisa ser mudado. Veja alguns artistas, o Lulu Santos está declarando: “Tenho 60 anos”. Existe uma visão de não falar “idoso”, porque idoso está perto da morte. E não é verdade. Qualquer um está perto da morte, nós somos seres extremamente frágeis. Existe idoso chato, criança chata, jovem chato.

*Da Redação.

Cresce o apoio à criação da Polícia Judicial

Samuel Coelho do Nascimento*

Ganha o apoio dos magistrados do Poder Judiciário Federal, dos membros do Congresso Nacional, e de diversas autoridades do Poder Executivo Federal, a criação da Polícia Judicial, por meio da discussão e aprovação de Proposta de Emenda à Constituição – PEC 358/2005, que já foi submetida às Comissões de Constituição e Justiça das Casas Legislativas. A Polícia Judicial poderá seguir o modelo adotado pela Polícia Legislativa Federal, existente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que possui atribuições para a execução de todo e qualquer serviço de polícia nos órgãos do Poder Legislativo Federal, bem como a instauração do devido inquérito policial, quando houver ocorrência de infração penal dentro destes órgãos do parlamento federal.

Os agentes de Segurança Judiciária do Poder Judiciário Federal serão os protagonistas dessa nova função administrativa, pois é comum a utilização das Polícias Militares Estaduais na prestação do serviço de segurança nos Foros Federais. Tendo em vista que o efetivo de policiais militares estaduais já é insuficiente para a preservação da ordem pública, com o serviço de policiamento ostensivo fardado, o que dirá para o serviço de polícia no Poder Judiciário Estadual, no Ministério Público Estadual, e em diversos outros órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal. O Poder Judiciário Federal possui contratos administrativos com Empresas de Vigilância Privada, que se encarregam da manutenção do serviço de segurança. Porém, pode-se constatar a violação do princípio da eficiência, inscrito no texto constitucional, pela razão de ser uma tarefa onerosa aos cofres públicos, e ainda apresenta limitações para a atividade de segurança no Poder Judiciário Federal, pois os vigilantes não possuem poder



de polícia administrativa, através da possibilidade da prática de atos administrativos eficazes na efetiva prestação da função policial judicial.

A Polícia Judicial poderá funcionar também mediante a utilização de princípios extraídos lá da Polícia Judiciária Militar, pois quando há a violação de bens jurídicos tutelados pelo Código Penal Militar, não se permite que as polícias judiciárias Cíveis e Federal ingressem na Unidade Militar para realização de diligências. Neste caso, será instaurado um Inquérito Policial Militar, cuja presidência será de um oficial militar, de patente superior a do indiciado. Não restando autorização para que as autoridades de polícia, ou seja, os delegados de Polícia, possam realizar a investigação quando o fato for da competência da Justiça Militar, ou da atribuição da polícia judiciária militar.

A partir do estudo do Direito Processual Penal, pode-se observar que o inquérito policial não é uma peça indispensável para a propositura da denúncia, sendo apenas um procedimento investigatório prévio, constituído por uma série de diligências, cuja finalidade é a obtenção de indícios necessários para apresentá-los ao titular da Ação Penal, ou seja, ao Ministério Público. E neste caso, a

Polícia Judicial poderá efetivamente prestar serviços de polícia nas instalações do Poder Judiciário Federal, bem como, possibilitará que os processos administrativos referentes ao cometimento de infração penal sejam transferidos para o serviço de polícia judicial, que deverá ser presidido por funcionário de formação superior, e que possua notável saber jurídico, o que não é difícil de se localizar nos órgãos do Poder Judiciário Federal, e ainda respeitaria a regra de proibição de nepotismo na Administração Pública.

Em razão da criação da polícia judicial ser proposta por uma Emenda à Constituição, seria necessário que retirasse do texto constitucional a atribuição da Polícia Federal de exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. Desta forma, se permitiria que a polícia judicial resolvesse os problemas advindos de infrações penais de menor potencial ofensivo, além de tornar mais eficaz a função de polícia nos Foros Federais. Também se impediria que os magistrados paralisassem as audiências e demais serviços quando fosse necessária a devida autorização de prisão em flagrante delito. Neste caso, o próprio magistrado iniciaria o inquérito policial, através do auto de prisão em flagrante, permitindo somente que a polícia judicial realizasse o serviço de condução de pessoa legalmente presa à Polícia Federal, para encaminhamento das providências pertinentes ao fato e remessa do inquérito policial à Justiça Comum.

Nos demais casos, não havendo envolvimento com advogados ou outras autoridades, então, o inquérito deverá ser concluído pela Polícia Judicial, com a elaboração de um relatório, que deverá ser remetido ao juiz competente.

*Técnico Judiciário
Agente de Segurança Judiciária
Nova Iguaçu – RJ

O discreto charme da burguesia brasileira

Flávio Prieto*

Reparem nestes fatos: quando sobe algum imposto ou o preço de algum item básico, ou até mesmo secundário, surge um clamor nos meios de comunicação para que a população reaja e se indigne. No entanto, esses mesmos 'formadores de opinião' não se indignam, ou pelo menos, não fabricam qualquer nota ou e-mail de protesto pelo fato de se pagar quase R\$ 150 por um serviço de assinatura de TV a cabo, ou pelas onerosas tarifas dos cheques especiais. São capazes de manter os gordos lucros das boutiques de grife, das lojas de tênis caros, das redes de cinema a R\$ 16 ou R\$ 18 por cabeça, das cadeias mais caras de lanchonetes e restaurantes (tipo 'McDonalds' e 'Outback', por exemplo) sem que uma só nota de protesto se ouça ou leia.

Até aí, poder-se-ia argumentar que nada disto é essencial e que não se justifica protestar pelo alto preço pago por bens e serviços que são, de certo modo, supérfluos. No entanto, fica incoerente protestar por cinco centavos ou dez a mais no

preço do pãozinho francês ou do leite comum, ou mesmo um aumento de alíquota tributária, e aceitar numa boa que tudo o mais suba livremente ou custe os olhos da cara. Fica feio regatear para pagar R\$ 10 a mais à diarista e topiar uma consulta que custa R\$ 500 sem titubear, ou sem procurar um preço mais em conta para o serviço – se for imperioso mesmo utilizá-lo. Que falar de R\$ 50 em um creminho da Natura?

Um carro novo por R\$ 40, R\$ 50 ou R\$ 60 mil pode parecer "palatável" pra muita gente pelo fato de vir com *air-bag* ou vidro elétrico. Mas ninguém questiona o preço desses desenvolvimentos tecnológicos, ou manda e-mails pelo fato de uma lanterna ou pára-lamas de um desses carros cus-

tar todo o salário de um trabalhador comum. Pagar R\$ 30 ou R\$ 50 só para entrar em uma balada, com ou sem direito a consumação: quem é que se questiona seriamente antes de pagar? Pra depois reclamar feio do preço do feijão ou de uma taxa que garanta redistribuição de renda... E, no entanto, vá a qualquer *shopping center* no fim de semana e veja a festa do consumo! *Le Brésil, ce n'est pas un pays sérieux* – diria De Gaulle! O Brasil não é mesmo um país sério!

*Técnico Judiciário – JF Venezuela.



CCJE conta “A História do Voto”

Foto: Divulgação/Voto feminino em 1934.

A história da democracia brasileira, através do voto, é contada desde 12 de setembro na exposição permanente “A História do Voto”, no Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE), no corredor cultural do Rio de Janeiro. A exposição traça uma linha do tempo contando a história da democracia brasileira utilizando 14 ilustrações de vinil sobre placas de fibras de madeira com cerca de três metros de altura. A pesquisa e os textos históricos são do jornalista, doutor em Ciência Política e mestre em sociologia Jorge Caldeira (autor das biografias de Visconde de Mauá e de Noel Rosa).

A concepção cenográfica da exposição é de Gert Seewald. “Parti de uma série de informações históricas garimpadas pelo Jorge Caldeira para montar a concepção da exposição com um formato interessante, que não se parecesse com um livro de Estudos Sociais. Verifiquei que faltava destacar o povo brasileiro, quem eram essas pessoas, nesses cinco séculos. Dei um tratamento gráfico que destaca esses personagens, a partir de ilustrações do artista plástico Ciro Cozzolino”, explica Gert.

A exposição é um esforço de pesquisa histórica, que resgata documentos iconográficos de cinco fontes diferentes, reconta de maneira interativa e ilustrada a linha do tempo da democracia brasileira. Do tempo do pelouro – uma bola de cera que abrigou os primeiros processos eleitorais do país ainda na época Colônia –, à urna ergométrica – que identifica o eleitor pela impressão digital e foi testada pela primeira vez no primeiro turno de 2008, em São José (SC). “A História do Voto” é uma mostra que conta a evolução e os retrocessos eleitorais brasileiros.



O texto de Jorge Caldeira, aliado às ilustrações, descreve o perfil dos eleitores através da história e relata as condições e os processos de escolha dos governantes. Informações de contexto de época desde a Colônia, passando pelo Império e pelas fases da República são apoiadas por uma coletânea de gravuras e fotografias. São referências encontradas em acervos da Biblioteca Nacional, da Companhia da Memória de São Paulo, dos Centros de Documentação do Jornal do Brasil, da TV Cultura e do TSE. Há também imagens da época em a sede do TSE era no prédio que hoje abriga o Centro Cultural, como as fotos da diplomação de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Acompanha a exposição uma mostra audiovisual, “Olhar Eletrônico da Democracia”, que reúne imagens de momentos políticos marcantes da política brasileira no século XX.

A Constituição de 1988 reafirmou que todos os homens são iguais perante a lei, que o poder emana do povo e em seu nome será exercido num estado democrático. Um dos esteios desses princípios é justamente o voto e o respeito à decisão democrática estabelecida nas urnas. O que esta exposição demonstra é que essa condição,

hoje corriqueira e normal, foi fruto da luta e do empenho de gerações de brasileiros. E que ao longo do caminho, foram sendo incorporadas parcelas cada vez maiores da população ao processo político. Que só ganha relevo com liberdade de expressão e organização partidária, controles sobre o abuso do poder econômico e da atuação dos governantes e lisura no processo de eleição e apuração.

Com texto de Jorge Caldeira (biógrafo de Mauá), a exposição tem entrada franca.



CCJE é a antiga sede do TSE

Inaugurado em abril, o Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE) fica na Rua Primeiro de Março, 42, ao lado dos principais centros culturais e museus da cidade do Rio de Janeiro. No prédio, em processo de restauração, projetado em 1892 para ser a agência central do Banco do Brasil, foram criados diferentes ambientes: duas salas de exposições, sala de leitura, espaços multifuncionais de dramaturgia, um Centro de Documentação Digital e o Museu da Justiça Eleitoral. A curadoria do calendário está sob os cuidados da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da Rádio e TV Cultura, de São Paulo. Em paralelo às novas exposições, continua em cartaz a mostra “O olhar do som”, com fotos do premiado fotógrafo Olívio Lamas, reconhecido por seu trabalho na área de política. Ela traz imagens clicadas em situações de conflito sociais, em prisões, em manifestações, além de instantâneos de artistas como Jackson do Pandeiro, Milton Nascimento, Jorge Mautner e Gilberto Gil.

Centro Cultural da Justiça Eleitoral
Rua Primeiro de Março, 42 – Centro Aberto de quarta-feira a domingo, das 12h às 19h
Telefone: 2253-7566
Entrada Franca

Ilustração: Divulgação/Ciro Cozzolino



Curso de Língua Portuguesa tem novo módulo

O novo módulo do Curso de Atualização em Língua Portuguesa do Sisejufe começa na sexta-feira, 7 de novembro, das 8h30min às 10h30min, na sede do sindicato. O investimento é de apenas R\$ 30 reais mensais para sindicalizados e o curso é aceito para o Adicional de Qualificação na parte referente a treinamento em todos os tribunais. O curso é ministrado pelo mestre em Letras Waldemar Pedro Antônio e vem sendo um grande sucesso. O professor Waldemar ensina em módulos de 30 horas, num total de 120 horas de curso.



Teatro

É Samba na veia, é Candeia

23 de outubro a 30 de novembro
quarta a domingo, às 19h30
CCBB – Teatro III – Rua Primeiro de Março, 66
Telefone: 3808 2020
Capacidade de público: 100 pessoas
Ingressos: R\$ 10,00 e R\$ 5,00 (meia entrada)
Acessível para portadores de necessidades especiais

NPC promove seu 14º Curso Anual em novembro

O 14º Curso Anual do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) acontecerá de 19 a 23 de novembro no auditório do Sindicont, no Rio de Janeiro e terá como tema “Mídia dos Trabalhadores e Política”. O curso reúne militantes, dirigentes e jornalistas sindicais, estudantes, professores e especialistas que abordarão em diferentes mesas e oficinas desde a linguagem jornalística no meio sindical até como a direita produz sua intelectualidade orgânica nos grandes jornais.

Está confirmada a presença do jornalista espanhol Ignácio Ramonet, editor do Le Monde Diplomatique, na abertura do curso, dia 20. Ramonet falará sobre “A comunicação do Império e a resistência dos movimentos sociais”, ao lado do coordenador do MST João Pedro Stedile. Também no dia 20 haverá uma noite em memória dos 90 anos do assassinato de Rosa Luxemburgo.

A oficina de ilustração será ministrada por Carlos Latuff, cartunista carioca, ilustrador de Idéias em Revista. Para Latuff, “o curso é importante para resgatar uma linha de atuação dos cartunistas que se perdeu ao longo dos anos diante do dis-

curso pós-moderno. Ao longo do tempo os cartunistas se preocuparam mais em ser engraçados do que em fazer um trabalho mais aguerrido, mais crítico. O legal deste curso é discutir e assim resgatar a virulência dos chargistas sindicais dos anos 80.”

Entre os temas abordados de 20 a 23 de novembro estão: os mitos fundadores do Brasil; as políticas de comunicação nos Estados Unidos, na Europa, na América Latina e no Brasil; a criminalização dos Movimentos Sociais; a negação do negro na novela brasileira; TV Pública, TV Comunitária, TV Brasil e TV Educativa; experiências de Comunicação em jornais e revistas alternativos e sindicais; rádios alternativas e cultura popular. Segundo a jornalista coordenadora do NPC Claudia Santiago, o curso anual é importante para a discussão da “mídia dos trabalhadores na disputa de hegemonia”.

(Thais Vilela/Da Redação.)

A ficha de inscrição pode ser solicitada pelo endereço eletrônico npiratininga@uol.com.br
Informações pelos telefones (21) 2220-5618/9628-5022

Quem vai pagar a conta?

A atualidade de Marx e da Revolução Russa diante da atual crise do neoliberalismo mundial

Helder Molina*

Este breve artigo rememora os 91 anos da Revolução Russa, que se completam agora em novembro, e discute, a partir dos referenciais marxistas, a atual crise financeira do capitalismo, que está desmoronando os mitos e fundamentos do neoliberalismo. Em setembro de 2008, precisamente duas segundas feiras, 15 e 29, (“segunda-feiras malditas”, segundo Wall Street) a bolha neoliberal dos Estados Unidos explodiu e ameaçou arrastar consigo toda economia capitalista mundial. Desde então os magos neoliberais tentam salvar o capitalismo da ação predatória, especulativa e destrutiva criada por eles próprios.

Este é um tema fundamental para pensarmos uma superação do capitalismo, não a sua “salvação”.

Vejamos o que o velho Marx analisou sobre o processo de desenvolvimento do capital e do capitalismo. No Livro 3 de O Capital, Marx diz: “O verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital. É o fato de que, nela, são o capital e sua própria valorização, o que constituem o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção. A produção só é produção para o capital, ao invés dos meios de produção serem apenas meios de acelerar continuamente o desenvolvimento do processo vital para a sociedade dos produtores. Os limites dentro dos quais tem que se mover a conservação e a valorização do valor-capital, que se baseia na expropriação e empobrecimento da grande massa dos produtores, se chocam constantemente com os métodos de produção que o capital tem que empregar para conseguir seu objetivo e que visam ao aumento ilimitado da produção, à produção como fim em si mesma, ao desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho”.

Continua Marx: “O meio empregado – desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais – se choca constantemente com o objetivo perseguido, que é um fim limitado: a valorização do capital existente. Portanto, se o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva social e criar o mercado

mundial correspondente, envolve ao mesmo tempo uma contradição constante entre esta missão histórica e as relações sociais de produção próprias deste regime”.

O neoliberalismo, etapa atual do velho capitalismo, se baseia em alguns dogmas, desdobrados em ações políticas. O primeiro deles é a desregulamentação, a suspensão dos controles estatais sobre a ação do capital. O processo de liberalização das finanças, do comércio e do investimento dos últimos trinta anos destruiu as relações políticas surgidas a partir da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial. Eram regras que, exprimindo a dominação do capital, eram também “formas de controle parcial do mesmo capital”. Sua eliminação deixou, por algum tempo, a impressão de que os limites para a livre atuação do capital haviam sido superados.

O segundo meio usado “foi o recurso, em escala sem precedentes, à criação de capital fictício e de meios de crédito para ampliar uma demanda insuficiente no centro do sistema”. Finalmente, a terceira forma, “a mais importante historicamente para o capital, foi a reincorporação, enquanto elementos do sistema capitalista mundial, da União Soviética e dos países do Leste Europeu, e da China” (Chesnais, 2008).

Nos últimos 30 anos vivemos sob a esfera do capitalismo desregulamentado. Foi nesse ambiente sem regras que foi criado o mercado mundial, sem restrições para às operações do capital, que pode, com base nele, “produzir e realizar a mais valia” num “processo de centralização de lucros em escala verdadeiramente internacional”. O capital pode ter uma mobilidade nunca vista e “organizar em escala universal o ciclo de valorização”, com a vantagem adicional de provocar a “concorrência entre os trabalhadores de todos os países”, levando o exército industrial de reserva (uma multidão de sobrantes, excluídos, degradados socialmente) a uma escala mundial, principalmente nas periferias do sistema. Nas fronteiras de uma “produção para a produção”, segundo Marx. Com uma contradição grave para o capital: nas condições de desemprego e empobrecimento dos trabalhadores, o acesso limitado das massas a esta produção dificulta a “valorização do capital, para o capital em seu conjunto, e para capital em particular”. É nestas condições que se acen-

tuam e se tornam mais determinantes, no mercado mundial, “as leis cegas da concorrência”, tão fortes em nosso tempo. Ainda Marx: “A produção capitalista aspira constantemente a superar os limites imanentes a ela, mas só pode superá-los recorrendo a ela, mas só pode levantá-la ante estes mesmos limites, só que com maior força”

Mercado mundial e capital fictício

Nos próximos anos, conforme François Chesnais, assistiremos a um desenvolvimento cuja base é o “mercado mundial intuído por Marx”. Com a particularidade de que, ao contrário do passado (quando eram semicoloniais), China e Índia – e o Brasil, devemos acrescentar – são agora “participantes de pleno direito de uma economia mundial única, uma economia mundial unificada em um grau desconhecido até esta etapa da história”.

O outro meio para superar os limites para o capital nas economias centrais foi o recurso à “criação de formas totalmente artificiais de ampliação da demanda efetiva, e que, somando-se a outras formas de criação de capital fictício, geraram as condições para a atual crise financeira”. Capital fictício é, citando Marx, a acumulação de títulos que são “sombra de investimentos” já feitos e que aparecem com uma dupla feição: para seus possuidores, eles são capital “real” que pode, numa situação normal, render juros e dividendos; para o sistema como um todo, não são. Nas crises, seu caráter fictício se revela: é “capital que não existia”.

Por isso “é que se pode ler, às vezes, nos jornais, que tal ou qual quantidade de capital ‘desapareceu’ em quedas nas bolsas: são somas que nunca haviam existido como capital propriamente dito...”, diz José Carlos Ruy. Um agravante desta situação é o fato de que, em muitos países, os sistemas de aposentadoria “estão baseados em capital fictício, com a pretensão de participar nos resultados de uma produção capitalista que pode desaparecer nos momentos de crise”. Segundo Ruy (2008) quando os governos conservadores e neoliberais se prestam a rejuvenescer o sistema financeiro por meio de um intervencionismo estatal, reforça-se o caráter de classe do Estado. “O governo do estado moderno não é mais do que uma junta que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx).

Em momentos de necessidade emerge sua essência. Injetar bilhões e bilhões de dólares ou euros para evitar uma catástrofe financeira supõe orientar politicamente as

decisões. Da mesma forma, leva-se a salvar os grandes empresários e as multinacionais. O horizonte é recuperar o sistema. Não se busca uma crítica sobre as causas que motivaram se chegar a tal ponto. Não se perguntam sobre as origens de uma ordem social fundada na exploração dos recursos naturais, na degradação do meio ambiente e em uma continuada e constante perda de direitos sociais, políticos e econômicas da maioria da população. Ou seja, não se trata de dar um giro de 180 graus.

A resposta à crise consiste em velar sua causa, a irracionalidade da exploração do homem pelo homem e do homem sobre a natureza. Em ocultar o benefício das empresas multinacionais, donas das tecnologias e patentes, primeiro, de deixar com fome continentes inteiros e, depois, de levar à morte milhares para aumentar rendimentos em condições de monopólio. Empresas patrocinadoras de guerras espúrias, de venda de armas, de trabalho infantil e de imigração ilegal. Fatores que colaboraram para tornar mais baratos os custos de produção e aumentar seu controle sobre governantes corruptos e dóceis.

A relação capital-trabalho se assenta sobre a expropriação do excedente econômico produzido pelo trabalhador em condições de apropriação privada. Assim, quem paga essa conta são os de sempre. As classes exploradas e oprimidas do campo e da cidade. Salvar a ordem econômica, sem modificar sua estrutura e sua organização, leva a um aumento da desigualdade social. O método do capital para superar seus limites, isto é, a liberalização e a livre circulação mundial do capital "se transformou em fonte de novas tensões, conflitos e contradições, indicando que uma nova etapa histórica se abrirá através desta crise".

Ora, "a burguesia despojou da sua aúrola todas as atividades que até aí passavam por veneráveis e dignas de piedoso respeito. Converteu o médico, o jurista, o padre, o poeta, o sábio em assalariados ao seu serviço. A burguesia rasgou o véu de emocionante sentimentalismo que cobria as relações familiares e reduziu-as a simples relações de dinheiro" (Marx, em Manifesto Comunista). Mais que isso, "a história de todas as sociedades que existiram até aos nossos dias é a história da luta de classes. Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, senhores e servos, mestres e oficiais, numa palavra: opressores e oprimidos, em oposição constante, travaram uma guerra ininterrupta, ora aberta, ora dissimulada", (Marx, idem).

Sobre os laços de solidariedade, fraternidade e ética, Marx afirma que o capitalismo, "esmagou-os sem piedade para não deixar subsistir outro vínculo entre os homens que o frio interesse, as duras exigências do "a contado"... Afogou o sagrado êxtase do fervor religioso, o entusiasmo cavalheiresco e o sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta... Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as liberdades tão afetuosamente conquistadas por uma liberdade única e impiedosa: a liberdade do comércio". (Marx, *ibidem*).

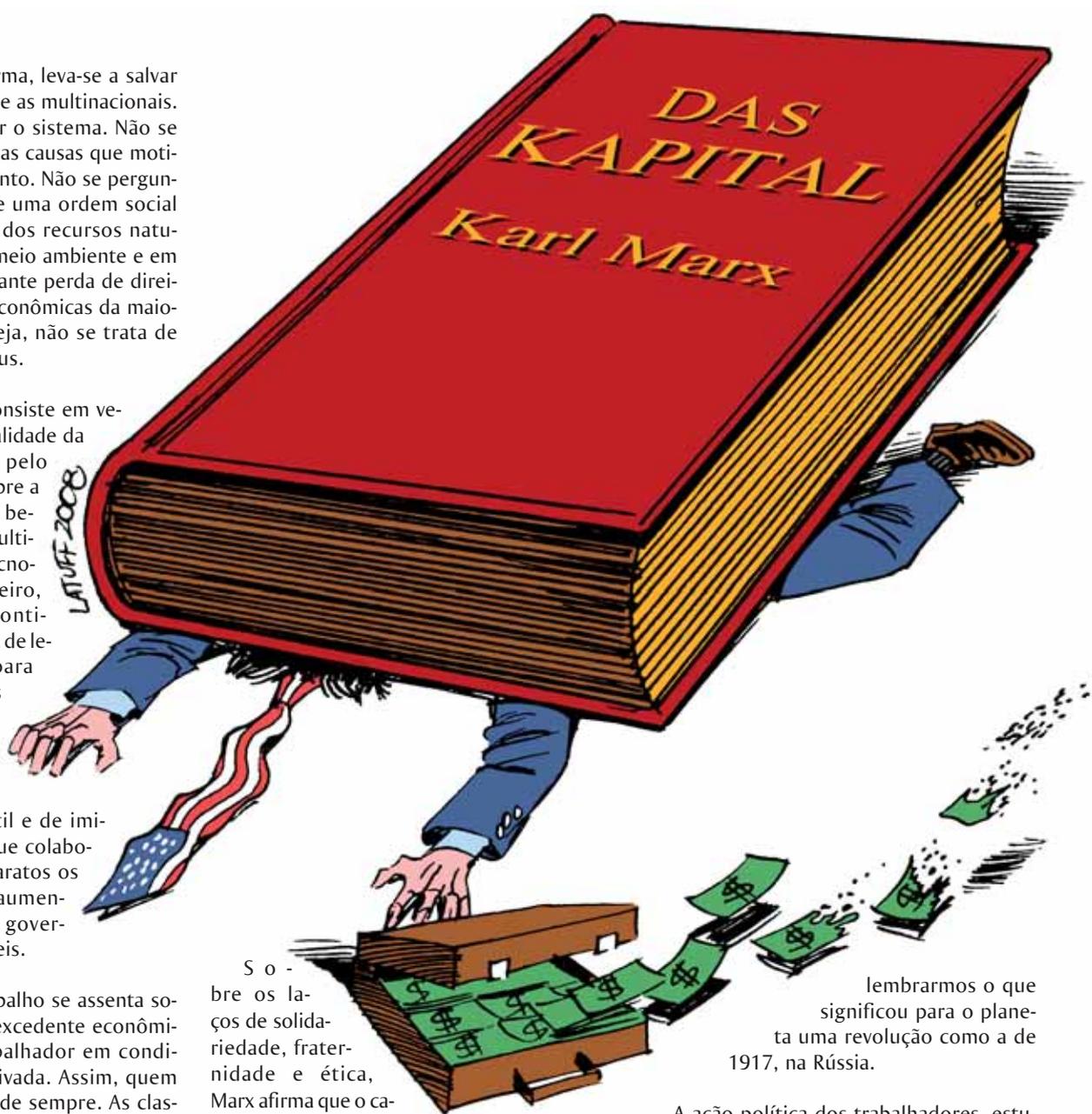
Nenhum grande capitalista irá para a cadeia. Nem serão submetidos à condenação pública, nem manifestarão vergonha ou constrangimento com o que fizeram. Esses poucos inescrupulosos causaram esse desastre. Se não houver mobilização, denúncia e luta social dos trabalhadores, o capitalismo retomará seu rumo só que com o agravante, conforme Mészáros, de que a sua lógica destrutiva condenará o próprio planeta e a existência humana nele. Ao contrário da civilização, o capitalismo na sua etapa atual é o portador da barbárie. Hoje mais do que nunca Marx tinha razão e é importante

lembrarmos o que significou para o planeta uma revolução como a de 1917, na Rússia.

A ação política dos trabalhadores, estudantes, dirigentes e militantes dos sindicatos, entidades dos movimentos populares, movimentos de lutas pelos direitos civis, devem se pautar não na "reinvenção" do capitalismo, como sugerem os meios de comunicação e seus articulistas, e os analistas da atual crise. Ao rememorar a Revolução Russa, utilizamos da teoria e da política marxista, na luta do movimento dos trabalhadores contra a exploração, na batalha pela construção de um novo modo de produção e de organização da sociedade, da economia, enfim, da existência humana. Esta é a ordem do dia – tarefa para todos os que são contra a barbárie degradante que é o capitalismo.

Este artigo tem referência em Karl Marx (O Capital, livro 3) e Marx/Engels (Manifesto Comunista), José Carlos Ruy (O debate da crise) e François Chesnais (artigo publicado na revista marxista argentina Herramienta.)

*Historiador e mestre Educação pela Universidade Federal Fluminense. Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana/UERJ. Professor da Faculdade de Educação da UERJ, assessor de formação do SINDPD-RJ e da CUT-RJ.



Jornada de 6 horas diminui

Max Leone*

A natureza repetitiva do trabalho dos servidores do Judiciário Federal aliada a fatores como a exposição excessiva a agentes nocivos provocadores de estresse e de fadiga, somados a uma grande insatisfação dos funcionários por não conseguirem perceber o resultado final de suas tarefas são os maiores inimigos da saúde no funcionalismo público. Esse conjunto de problemas pode ser o responsável direto por boa parte das licenças e dos afastamentos médicos registrados nos setores de saúde dos tribunais

no Rio. Especialistas na área de saúde avaliam que esses contratemplos poderiam ser amenizados com a adoção de uma série de medidas, entre elas a redução da jornada de trabalho e a re-discussão da origem e da organização do trabalho nas repartições. O resultado seria uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores, com o servidor melhor disposto.

“Por isso a importância da campanha pelo redução de jornada de trabalho. Temos que ter essa consciência e lutar pelas 6 horas”, afirma Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe, sindicato pioneiro na campanha pela adoção de jornada menor.

Qualidade de vida é uma meta a ser seguida pelos servidores, avalia a assistente social e analista judiciária Josélia Ferreira dos Reis, que entre 2002 e 2005 trabalhou no Serviço de Saúde (Sesau) da Justiça Federal. Nos três anos de experiência no setor, ela pôde perceber que os servidores só procuravam ajuda depois de já estarem num processo avançado da doença. Em determinadas situações, o quadro estava agravado. Raríssimas eram as pessoas com a capacidade de perceber que algum mal as afetavam. A tendência, revela, é o funcionário ir até o seu limite.

Foto: Max Leone



Josélia: assistente social a favor das 6 horas

Até porque se não for, não é bem visto por não tentar superar. Na maioria dos casos, se o servidor sente uma dorzinha e tira logo uma licença é olhado com reservas e logo dizem que está exagerando. É a cultura do sacrifício.

“A impressão que dá, na área do serviço social, é de que nós éramos acionados quando o processo de adoecimento já estava instalado. A pessoa não vinha expressar uma insatisfação, vinha porque já estava doente. É bem visto em geral no mundo do trabalho quem se sacrifica. Não é só no Judiciário. Vestir a camisa, dar o sangue. Sair significa sacrificar quem fica. Se já está ruim assim, com menos um servidor então...”, analisa Josélia. Hoje a assistente social está lotada na Sessão de Atendimento Processual dos Juizados Especiais, onde o público alvo é o usuário da Justiça.

O psicólogo e analista judiciário Luís Carlos Cassano, do Setor de Comportamento Organizacional, acredita que o benefício da redução da carga horária vai ser geral e amplo. Com uma jornada menor, o servidor terá um aumento do tempo para cuidar de vida, para se preocupar com seu bem-estar, pois ficará menos exposto aos fatores que podem levá-lo a adoecer. Segundo Cassano, que por anos também trabalhou no Serviço de Saúde (Sesau) da

Justiça Federal, poucos eram os casos em que o servidor procurava o setor antes mesmo de sintomas mais graves aparecerem.

“Raramente você atendia ou identificava no começo a tempo de identificar um mal maior. Pessoas insatisfeitas, infelizes, deprimidas vão sim procurar ajuda. Quando se trabalha no serviço de saúde você tem a impressão que o mundo inteiro está deprimido, porque nós só recebemos as pessoas que estão infelizes. Ficamos com uma visão muito negativa da organização”, relata.

Cassano defende a tese de que a natureza do trabalho nos tribunais e nas repartições do Judiciário Federal tem forte impacto nos problemas de saúde dos servidores. Segundo ele, por ser um serviço repetitivo e, algumas vezes com tarefas simples, pode crescer uma insatisfação já que o funcionário não vê claramente o resultado final da atividade. Já a assistente social Josélia dos Reis lembra a expressão que os próprios servidores utilizam para definir a natureza do serviço: “É como se estivessemos enxugando gelo”.

“Nosso trabalho tem semelhança com o dos bancários, por exemplo, por ter uma natureza repetitiva. Tem mui-

Foto: Max Leone



Cassano: mais tempo para cuidar da saúde

rá licenças

tas tarefas que, muitas vezes, exigem pouco da criatividade, da inteligência. Pela própria dificuldade de tornar a Justiça uma organização eficaz na prestação de serviço você tem pessoas trabalhando muito, fazendo um esforço extraordinário. Elas não vêem o valor final que produziu por esse esforço. É a falta de sentido. Você pode até trabalhar dez horas, mas se você vê sentido nisso você até suporta os efeitos contra sua saúde”, diz Cassano, ressaltando que deveria ser criado mecanismos para mensurar o resultado do trabalho dos servidores.

Outro ponto levantando por especialistas, é a relação humana no ambiente de trabalho. Segundo eles, é muito comum o estresse aparecer devido a uma decisão tomada pelo gestor e que desagrada boa parte dos servidores.

“O estilo gerencial, a forma como o chefe organiza o setor, distribui as atividades pode amenizar ou piorar muito a característica desse trabalho repetitivo ou pouco significativo. Um gerente que tem essa preocupação procura trazer para dentro do setor esse resultado, cria um ambiente de trabalho agradável. Mas, quando ele não tem essa preocupação, é mais um motivo de estresse. Você tem competição, tem falta de preocupação de como as pessoas vão se sentir com suas decisões. Não quer saber se outro se sentiu bem, o custo humano da decisão, que é o sofrimento diante de uma decisão. Toda decisão vai provocar um sofrimento dependendo do lado que se escolheu”, analisa o psicólogo Cassano.

Para Josélia dos Reis, o assédio moral é um dos aspectos mais perversos das relações no trabalho. E contribui muito para o sofrimento. Segundo ela, normalmente o serviço social é acionado quando há uma situação de afastamento do trabalho em que ambas as partes perdiam: tanto a instituição quanto o servidor.

*Da Redação.

Não há estatísticas sobre problemas de saúde

Com a experiência de oito anos de lotação no Sesau, o diretor sindical Marcelo Costa Neres (foto ao lado) afirma: “São as doenças ocupacionais (LER/Dort) as que mais afetam os servidores do Judiciário Federal”. Técnico em enfermagem, Neres acredita que outro fator que castiga os servidores é o estresse, causado principalmente pela falta de funcionários.

“O atendimento ao público mexe com os servidores. Acredito que 50% das pessoas que procuram o serviço médico sofram de doenças ocupacionais e estresse. Com a jornada de 6 horas, diminuirá o tempo de exposição a esses males”, defende Neres.

O percentual apontado por Neres vem da sua experiência diária no Sesau. Na hora de se comprovar tecnicamente o volume de servidores que procuraram o setor, a burocracia impera. De acordo com o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, não existe um levantamento sobre a situação da saúde dos servidores

Foto: Sergio Brenner



Em 2008, no TRF, foram concedidas 3.922 licenças até outubro, considerando um total de 1.624 servidores.

do Judiciário Federal no Rio. Segundo Ponciano, todos os tribunais se negam a contabilizar as licenças. “Não tem estatística, não tem a companhia, não tem levantamento de casos. A situação é tão grave que os tribunais não se dão ao trabalho de emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Fazem isso para não admitir o problema”, afirma Ponciano.

Em setembro e outubro, nossa reportagem solicitou ao TRT, ao TRE, ao TRF e aos Juizados Especiais Federais (JEFs) os números de casos de servidores afastados e o motivo pelo qual pediram licença. Até o fechamento desta edição, somente a Assessoria de Comunicação Social do TRF havia respondido o pedido. Em nota, o TRF informa que “no ano de 2008 (...) foram concedidas 3.922 licenças, considerando um total de 1.624 servidores. Ressalto que as doenças infecciosas, tais como resfriados, diarreias, dengue, conjuntivites foram as principais causas de afastamento”. (Max Leone)



Concursados vão à Câmara pela aprovação do PL 5.829/05. Sisejufe apóia o movimento e envia diretor a Brasília para acompanhar os trabalhos

Henri Figueiredo*

O Movimento Nacional pela Aprovação do PL 5.829/05 conseguiu na semana de 6 a 10 de outubro de 2008 a adesão de 11 líderes partidários da Câmara dos Deputados, do governo e da oposição, ao requerimento de inclusão na ordem do dia do projeto de lei que cria 230 novas varas federais em todo País. Um grupo de 70 pessoas do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Goiás e do Distrito Federal realizou uma manifestação diante da Câmara dos Deputados, na terça-feira, 7 de outubro, para pedir a aprovação do Projeto de Lei. Além disso, os membros do movimento visitaram todos os 513 gabinetes de deputados da Câmara. No Rio de Janeiro, mais de 3 mil concursados aguardam há mais de um ano a nomeação para os cargos de auxiliar, técnico e analista judiciário para o TRF da 2ª Região. “Hoje temos apoios formais suficientes, como a adesão das lideranças partidárias, para incluir o PL 5.829 na pauta de votações da Câmara dos Deputados e aprová-lo”, diz Daniel Tirandelli, líder nacional do movimento, cuja aprovação no concurso para técnico judiciário do TRF da 2ª Região foi homologada em janeiro de 2008.

O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano acompanhou o trabalho do movimento nos dias 7 e 8 de outubro, na Câmara, e esteve presente à reunião da bancada do Democratas. De acordo com Ponciano, “está havendo uma queda de braço entre governo e oposição. Um jogando para o outro a responsabilidade pelo trancamento da pauta”. Também participaram da mobilização o presidente da Associação dos Juizes Federais

(Ajufe) de São Paulo, Ricardo de Castro Nascimento e o presidente nacional da Ajufe Fernando Cesar Baptista de Mattos. Este último destacou que o investimento nos novos órgãos da Justiça são necessários para melhorar o atendimento ao cidadão. Mattos acredita que o projeto é fundamental para o Judiciário. “Apesar de todo o aumento de produtividade dos juizes federais, nós temos ainda um estoque muito grande de processos e uma demanda que tem aumentado. Então, por mais que esses mecanismos de gestão e de racionalização de meios e de pessoas tenham sido empregados na Justiça Federal e tenham aumentado muito a produtividade, ainda há uma necessidade de ampliação”, diz o presidente nacional da Ajufe.

O relator do projeto na Comissão de Finanças e Tributação, deputado Aelton Freitas (PR-MG), explicou que houve nas comissões da Câmara muita polêmica sobre a criação das novas varas federais. Alguns deputados reclamaram que as varas anteriormente aprovadas para a Justiça Federal foram centralizadas nas capitais. Por esse motivo, os parlamentares incluíram uma emenda exigindo a criação dos órgãos judiciais em cidades do interior.

O projeto original (PL 5829), de autoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ), também previa a criação de 400 varas federais, mas os parlamentares atenderam sugestão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e reduziram esse número para 230. O deputado Aelton Freitas ressaltou que as novas varas são essenciais para o trabalho do Judiciário: “É de fundamental importância a criação dessas varas: a demanda por Justiça é muito grande.”

Segundo os juizes, a Justiça Federal é mais de duas vezes menor que a do Trabalho, em relação ao número de órgãos e magistrados. Na primeira instância existem 1.250 juizes federais, enquanto os juizes trabalhistas são mais de 2,6 mil.

Excesso de processos compromete a eficiência

O atual quadro de estrangulamento da Justiça Federal ganha proporções agravantes quando se analisa o impacto das decisões judiciais na vida dos jurisdicionados, como são os casos daqueles que têm direitos reconhecidos em relação à Previdência Social e ao Sistema Financeiro de Habitação. A consequência desse quadro é a sobrecarga de trabalho dos juizes federais. O excesso de processos já compromete a celeridade dos Juizados Especiais Federais, um projeto revolucionário de prestação jurisdicional, que precisa ser preservado. Um juiz federal de primeiro grau trabalha com uma média de 9.551 processos. Na Justiça do Trabalho, esse número é de 2.070 e, na Estadual, 2.885. Nos Juizados Especiais Federais a média é de 30 mil ações para cada juiz.

A aprovação do PL 5.829 vai colaborar, efetivamente, para a melhor distribuição do número de processos nas capitais e no interior. Assim como a localização dessas novas varas será adequada à real necessidade da população, observando estritamente a equação concebida pelo Conselho de Justiça Federal (CJF), denominada Índice de Carência de Varas Federais.

Estudos recentes do CJF revelaram quantitativo relevante de ações que não são ajuizadas em razão da distância dos grandes centros ou pela própria falta de cultura de demandar perante a Justiça Federal, foro próprio para tratar de assuntos que envolvem órgãos públicos federais.

O aumento de varas federais também fará frente à demanda por segurança dos juízes federais que enfrentam o crime organizado, o narcotráfico e o tráfico de armas. Em algumas localidades da Justiça Federal no interior do país, o magistrado de primeiro grau atua com competência geral, o que equivale dizer, lida sozinho com temas que instigam o sentimento de vingança dos criminosos, deixando o juiz de primeiro grau extremamente exposto à ação de grupos meliantes. Com aumento do número de varas essa situação de risco tende a diminuir sensivelmente, na medida em que revela um poder judiciário com uma estrutura maior e com mais agentes públicos voltados para os seus serviços.

“Não só os cidadãos como o Estado perdem por conta do número insuficiente de varas federais no interior. Para dar um exemplo, alguém que tem um benefício do INSS negado terá que recorrer em uma vara federal. Imagine um lavrador que more numa localidade no interior de Paragominas (estado do Pará, onde cerca de 4 mil processos de execução fiscal que poderiam tramitar na Justiça Federal estão emperrados na Justiça Comum pela inexistência de uma vara federal no município) e que tenha que cruzar 90 quilômetros até o centro da cidade e de lá para Castanhal. Existe toda uma demanda perdida, porque algumas pessoas desistem de reclamar por conta das dificul-

Foto:Henri Figueiredo



Tirandelli: novas varas são de extrema urgência



Apoio do Sisejufe: diretoria do sindicato recebe membros do movimento, em 14 de outubro

dades para chegar até a vara federal mais próxima”, exemplifica o líder do Movimento pelo PL 5.829, Daniel Tirandelli.

Além disso, segundo Tirandelli, existe uma quantidade enorme de execuções federais que estão no foro comum porque a Lei de Execuções Fiscais prevê que onde não existe vara federal a ação é executada no domicílio do devedor. O processo acaba emperrado pois os juízes das outras varas já têm todas as demandas da Justiça comum. Com a dificuldade criada pela falta de varas federais, há mora na instrução processual e na execução do processo e o que poderia ser resolvido em um ano acaba se alongando por muitos anos. Isso é prejuízo para todos que pagam impostos, pois o Governo deixa de investir essa parcela em outros benefícios.

A criação de novas varas federais é uma necessidade urgente, dado o esgotamento da estrutura da Justiça Federal. O Projeto de Lei 5.829 já foi aprovado pelas Comissões Trabalho, de Administração e Serviço Público, Finanças e Tributação, Constituição e Justiça e de Cidadania, restando apenas a apreciação do Plenário. Vale lembrar que o Projeto possui dotação orçamentária para os anos de 2007 e 2008, bem como previsão no orçamento da União para o exercício de 2009.

De acordo com Roberta Martins, economista e integrante do Movimento, o caminho escolhido foi o da negociação. “Conversamos com a Secretaria de Reforma do Judiciário, com o Ministério das Relações Institucionais e até mesmo com o José Antonio Dias Toffoli, Advogado-Geral da União, e agora pediremos apoio ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc”, diz Roberta.

População pode participar através de 0800

No momento, o Movimento está empenhado em conquistar o apoio do Poder Executivo, não só da União, mas também do Governo do Estado e da prefeitura do Rio. Atualmente, o projeto conta com o apoio do Sisejufe, do Sindicato Nacional dos Aposentados, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, do Conselho Federal da OAB, além de todas as associações de juízes federais do Brasil, inclusive a Ajufe.

Quem quiser contribuir, pode ligar para o Serviço de Atendimento ao Cidadão da Câmara dos Deputados através do número 0800 619 619 e pedir a inclusão do PL 5.829 na pauta de votações. “Temos divulgado muito esse número de telefone e nos dias 7 e 8 de outubro houve congestionamento na linha. De acordo com as atendentes do serviço, até outubro mais de 1 milhão de pessoas já tinham telefonado para pedir a inclusão do PL na pauta”, diz Roberta Martins, integrante do movimento.

Na noite de terça-feira, 14 de outubro, Tirandelli, Roberta Martins e Thiago Pimenta estiveram reunidos com os diretores do Sisejufe Valter Nogueira Alves, Mariana Líria e Roberto Ponciano para solicitar suporte financeiro e estrutural para o movimento. A direção do sindicato vem apoiando o movimento e o pedido de apoio vai ser votado pela diretoria colegiada nas próximas reuniões.

*Da Redação. Com informações de Leonor Costa (Fenajufe) e de Daniel Tirandelli.

Um continente em pé de guerra

Exército da Colômbia invade Equador para executar inimigos de Uribe. Bolívia usa tropas para estatizar petrolíferas. Venezuela compra armamentos e faz exercícios militares com a Rússia. Argentina e Chile aceitam criar um Conselho de Defesa Continental. Estados Unidos ressuscitam a IV Frota no Atlântico Sul. Brasil se prepara para lançar um Plano Nacional de Defesa e reativar a indústria bélica. Estamos de fato assistindo a uma corrida armamentista que poderá levar a uma guerra no Continente? Ou trata-se apenas de cada país reposicionando suas peças para o novo jogo do poder mundial no Declínio do Império Estadunidense?

Texto e fotos
Vinícius Souza*
Maria Eugênia Sá*

São Paulo – Novembro se inicia, talvez, com a tão esperada reunião final do presidente Lula com os comandantes militares, os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, Roberto Mangabeira Unger, e o Conselho de Defesa Nacional para definir os detalhes e anunciar o Plano Estratégico Nacional de Defesa (PEND), gestado desde julho do ano passado. O rascunho do plano, que já teve mais de 20 versões, prevê um aumento com os gastos militares de 1,6% para 2,3% do PIB nacional e também no volume das compras de material das Forças Armadas

dentro do Brasil, dos atuais 30% para 50% em 2010 e 80% em 2020. Mas para isso, é preciso reativar o complexo industrial-militar brasileiro, em decadência desde os anos 1980 (quando vendia tanques e sistemas de mísseis até para o Iraque de Saddam Hussein, então aliado aos EUA). Além de traçar novas parcerias com fornecedores internacionais para adquirir tecnologia junto com os armamentos, de modo a não depender totalmente de um único vendedor em um momento de conflito. E, nesse contexto, desenvolver poder e dinheiro a grupos que apoiaram, se beneficiaram ou atuaram diretamente no comando da ditadura, é apenas um dos perigos.

Na verdade, o PEND deveria ter sido lançado durante as comemorações do 7 de

Setembro. Mas ainda sob os efeitos das informações “equivocadas” transmitidas pelo ministro Jobim a Lula sobre a capacidade da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em realizar grampos telefônicos (como havia “denunciado” o panfleto Veja), é possível que o presidente tenha mandado o ministro botar os coturnos de molho por um tempo. Sem dúvida, a reestruturação das Forças Armadas brasileiras, que vêm sofrendo um lento sucateamento desde o fim do regime militar, é assunto da maior importância. Ainda mais agora que o país passa a deter não apenas riquezas estratégicas para o futuro do mundo (como água em abundância, terra e sol para plantio de alimentos e uma biodiversidade sem igual) mas também recursos cada vez mais escassos e disputados militarmente mundo afora, como o petróleo do pré-sal (ou alguém duvida que a IV Frota ressurgiu para por um olho nos poços brasileiros e outro no litoral da Venezuela?). Por outro lado, como justificar moralmente o estímulo à produção e comércio mundial de armas, especialmente as leves como fuzis e metralhadoras, que podem inclusive voltar ao Brasil e cair nas mãos de grupos ilegais como traficantes e milícias? E como investir nas Forças Armadas, sem levantar as suspeitas de vizinhos que já nos vêem como uma “potência sub-imperialista”, que é o caso de Bolívia e Paraguai, sem deflagrar uma corrida armamentista na região?

“Até faz sentido um país com as dimensões e importância do Brasil manter algum



a. Ou não...

poder de dissuasão para pesar da balança do custo-benefício de uma potencial invasão estrangeira”, admite o coordenador de pesquisa do Projeto de Controle de Armas de Fogo da ONG Viva Rio, Pablo Dreyfus. “A questão é que existe uma linha muito fina separando esse ‘poder de dissuasão’ da ‘capacidade de agressão’ e qualquer grande investimento em aquisição ou produção de novas armas pode deixar os vizinhos inquietos e apreensivos”. Para ele, que também é estudioso de segurança internacional e tem uma posição ideológica contra a proliferação de armas de qualquer tipo, os pontos-chave são o planejamento responsável e o bom diálogo entre as nações. É o que vem acontecendo, por exemplo, entre o Brasil e a Argentina. “Desde os anos 1980, tem aumentado a integração entre os países, não só na economia mas também na área de defesa”, afirma Dreyfus. “Tanto que há vários anos a armada argentina faz manobras conjuntas com a brasileira e inclusive utiliza o porta-aviões São Paulo para treinamento de suas tropas”. Além disso, no final de fevereiro os dois governos decidiram iniciar uma cooperação na área da aeronáutica para que a antiga Fábrica Militar de Aviação de Córdoba possa produzir peças para a família de aeronaves 170-190 da Embraer, que teoricamente pode servir de base para novos aviões de uso militar pela empresa.

Ao mesmo tempo, porém, o governo brasileiro lançou, na surdina, no último dia 2 de outubro, o Decreto 6.592, que regulamenta a Lei 11.631, de 27 de dezembro de 2007, que cria o Sistema Nacional de Mobilização (militar) – Sinamob. No decreto, o governo de nosso país, que sempre foi “pacífico”, define como parâmetros que justificam o envio e uso de tropas “ameaças ou atos lesivos à soberania nacional, à integridade territorial, ao povo brasileiro ou às instituições nacionais, ainda que não signifiquem invasão ao território nacional”. Com isso, o decreto abre uma brecha legal para o uso das forças armadas fora do país para “proteger interesses brasileiros”. Ora, isso pode ser entendido desde as plantas da Petrobras na Bolívia, até as terras de plantadores de soja brasileiros naquele país ou no Paraguai. O vizinho do sul, aliás, tem subido o tom dos discursos, com o Ministro do Interior, Rafael Filizzola, protestando contra os



exercícios militares realizados na fronteira no mesmo mês de outubro sem uma consulta prévia. A relação entre o Brasil e o Paraguai está tão delicada, devido às discussões em torno de um novo acordo para o uso da energia de Itaipu e a situação dos chamados “brasiguaios”, que alguns jornais paraguaios chegaram a deturpar as declarações ao site brasileiro DefesaNet, do general Elito Siqueira, do Comando Militar Sul, para estampar na primeira página que o exército ocuparia Itaipu se Lula ordenasse. É mais ou menos o que boa parte da imprensa nacional faz com os discursos de Hugo Chávez...

Um bom exemplo foi o grito dos jornalistas quando a Venezuela anunciou que estava comprando da Rússia 100 mil fuzis Kalashnikov AK-103, 30 caças SU-30, 53 helicópteros militares e um número não divulgado de submarinos num total de mais US\$ 4,5 bilhões. “O que preocupa não é o que a Venezuela faz, mas o que Chávez fala e como a mídia repercute isso”, diz Dreyfus. “No caso dos fuzis, se somarmos os contingentes das três forças com a polícia militar, são cerca de 90 mil homens e portanto não é uma compra descabida para um país que praticamente só tinha FALs belgas das décadas de 1950 e 1960”. Segundo ele, a compra dessas armas estava planejada desde antes de Chávez assumir o poder. “Sobre os aviões, era óbvio que eles iriam buscar uma alternativa aos jatos F16 cujas peças e manutenção estão com as vendas para a Venezuela bloqueadas pelos EUA”. Vale lembrar ainda que o mesmo aconteceu com a tentativa de venda dos Super Tucanos, da Embraer, vetada porque trariam alguma tecnologia estadunidense embarcada. No entanto, não houve qualquer empecilho para que a

Colômbia fechasse a compra de 24 dessas aeronaves, algumas utilizadas na invasão do território equatoriano para a execução do comandante das Farc Raul Reyes e vários de seus oficiais. Na esteira do Plano Colômbia e com apoio e financiamento dos EUA, Álvaro Uribe gastou só no ano passado US\$ 3,6 bilhões em compras militares. A perspectiva até 2011 é de “investir” no setor mais de US\$ 8 bilhões.

É nesse contexto de mudança nos pólos globais de poder e nas zonas de influência das grandes potências, do renascimento da Rússia, da crise econômica mundial fustigando Europa e Estados Unidos, de “flexibilização” das leis sobre tortura e da guerra infinita sem fronteiras, e também de países emergentes como Brasil, Índia e África do Sul ora colaborando, ora disputando mercados abaixo da linha do Equador, que vivemos hoje. Talvez iniciativas como a Alternativa Bolivariana para as Américas – Alba (da qual ainda não fazemos parte), a União das Nações Sul Americanas – Unasul (criada oficialmente em maio desse ano), com o Banco do Sul (formalizado em dezembro de 2007 como alternativa ao FMI e ao Banco Mundial), e agora o Conselho de Segurança e Defesa (proposto pelo Brasil em setembro para deliberar sobre disputas entre as nações do continente de forma paritária e sem palpites dos EUA) sejam promessas de maior integração social, econômica e estratégica da região. Isso, se não pender para o militarismo e realmente não permitir a ingerência de outros países fora da América Latina e do Caribe.

*Jornalistas.

Que delícia de lib

Ernesto Parés*

Desde a década de 1980 ouvimos dois discursos dominantes e complementares: Hayek, pensador austríaco, é contra qualquer forma de planejamento da economia; Milton Friedman diz que “o espaço de atuação do governo deveria ser limitado. Sua principal tarefa deveria ser proteger nossa liberdade...”. Mas tudo parou na “segunda-feira negra”, quando o Banco

Central dos EUA e o governo precisaram intervir no mercado para evitar o caos, fazendo McCain, candidato republicano e liberal assumido, a declarar que, caso vença, iniciará reforma para regular o mercado de capitais nos primeiros 100 dias de governo!

Com tanta intervenção, o que estaria pensando Friedman se vivo estivesse? Mas os donos do capital não estão muito preocupados com teorias. Querem apenas a certeza de que manterão seus ganhos e berram: “deixem-nos lucrar livremente, mas se estivermos em perigo venham nos ajudar!”

Bush lança mão de 700 bilhões de dólares dos contribuintes para salvar o sistema, mas o país acumula um déficit de 358,7 bilhões de dólares em sua balança comercial na primeira metade do ano! Fazemos as contas: o pacote de ajuda representa exatamente o total do déficit comercial esperado para o ano. Os EUA têm a maior dívida externa do planeta e, há muito, só sobrevive com o fluxo de capital externo que já supera a fantástica cifra de 1 trilhão de dólares.

Em artigo no jornal *The Financial Times* (28/08/08), S. Scholtes e J. Politi destacavam o peso dos investimentos

chineses nos EUA e que o Banco da China era um dos principais acionistas das empresas Fannie Mae e Freddie Mac. Dias antes, o jornal *The Privateer* trazia uma declaração do senhor Yu Yongding, conselheiro do banco central da China dizendo que “se o governo dos EUA permitir a quebra da Fannie e da Freddie e os investidores estrangeiros não forem convenientemente compensados as consequências serão catastróficas...”.

Vejamos um outro ângulo: em agosto, antes do caos, 84 mil trabalhadores perderam o emprego nos EUA! Considerando os oito primeiros meses do ano, 605 mil pessoas ficaram desempregadas. Nos últimos 12 meses (encerrados em agosto) mais de 2 milhões de cidadãos amargavam demissões! Cifra preocupante para o país que se pretende locomotiva da economia mundial.

No início do ano, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divul-

Marx escreveu, em sua décima-primeira tese, que “aos filósofos foi dado compreender o mundo, a nós cabe reformá-lo”. Nós dizemos que os economistas contentam-se em compreender a crise, mas nos cabe transformá-la em um instrumento de denúncia. Há exatos 90 anos, Rosa Luxemburgo não se limitou a discursos. Sem vacilar, alertou: socialismo ou barbárie.

gou nota dizendo que a crise que se anunciava estava ameaçando o emprego de 5 milhões de pessoas no mundo. Faltando três meses para 2008 chegar ao fim, esse número já está superado. A União Européia já estima mais de 16 milhões de desempregados no bloco. E uma coisa deve ficar bem clara: ao contrário do que alguns ainda tentam dizer, a crise não se limita ao mercado financeiro. Está também em perigo a economia real, aquela do nosso dia-a-dia. As instituições e estruturas produtivas estão sendo violentamente atingidas pela crise.

E aqui eu assumo a discordância com algumas opiniões que conheço. Discordo daqueles que tentam limitar o debate ao terreno financeiro, mas também discordo de análises que tentam mostrar a crise atual como o fim do sistema capitalista e a derrocada do Império. Não, meus caros, os “coveiros” ainda não fizeram seu trabalho. E é este o nosso desafio!

Como outras, esta crise será superada. As dívidas que estão sendo contraídas com o dinheiro público para salvar o sistema voltarão sob nova forma e explodirão nos orçamentos dos países que sangraram o Tesouro para socorrer seus bancos. E isto vai cobrar mais e maiores cortes nos investimentos públicos, novas empresas e serviços serão privatizados e mais encolherão os serviços prestados à população. A globalização voltará a ser endeusada e o mercado defendido com o mesmo fanatismo de antes.

No início da década de 1980, mal o neoliberalismo fazia suas primeiras experiências, acontece o “colapso da dívida externa latino-americana”. Para quem esqueceu, em 1982 explode a moratória mexicana, logo seguida da brasileira. A situação alarmou o projeto liberal a tal ponto que convocaram

eralismo



um encontro que ficou conhecido como o Consenso de Washington e terminou com uma extensa lista de “obrigações” para nossos países. Receita que seria ministrada e acompanhada pelo FMI.

O final da década deveria ser o marco neoliberal. Mas a quebra das bolsas, em 1987, e o colapso do mercado imobiliário, em 1989, já alertavam para o risco da impunidade dada ao capital. Mas os “magos e intelectuais” do sistema continuavam a defender a desregulamentação. Em 1990, contrariando os discursos, veio a quebra da bolsa de Tóquio e nos anos seguintes – 1992 e 1993 – os ataques especulativos sobre moedas européias. Pouco depois acontece a grande crise asiática (1997) que acabou com a imagem de sucesso dos tigres. Tailândia, Malásia e Coréia, “alunos exemplares”,

precisaram recorrer a alternativas de choque.

Em 1998 foi a vez de a Rússia decretar moratória e, em agosto, o mercado asiático voltar a quebrar. E a década chega ao fim com a crise brasileira que levou o governo FHC a penhorar junto ao FMI todas as empresas estatais e comprometer-se com a aceleração das privatizações.

Mas não pretendemos ficar alongando muito este histórico. Apenas registrar que, quanto mais os dirigentes neoliberais reduzem o Estado e desregulamentavam a economia, mais crises financeiras iam comprovando que o capital é a verdadeira doença que corrói a sociedade.

E aqui estamos. O liberalismo já mostrou sua incapacidade de resolver

os problemas da sociedade, se é que algum dia pretendeu, e leva-nos para abismos profundos. Ainda tem capacidade de recuperação? Uma vez que sua preocupação não é com a sociedade, acreditamos que sim e que os investidores, sacerdotes do capital, voltarão a ter seus lucros.

Marx escreveu, em sua décima-primeira tese, que “aos filósofos foi dado compreender o mundo, a nós cabe reformá-lo”. Nós dizemos que os economistas contentam-se em compreender a crise, mas nos cabe transformá-la em um instrumento de denúncia. Há exatos 90 anos, Rosa Luxemburgo não se limitou a discursos. Sem vacilar, alertou: socialismo ou barbárie.

*Assessor sindical.

Por que o cem do Ibope

Laerte Braga*

Há 60 anos, no desespero da eficiência rápida, imediata, os principais institutos de pesquisa dos Estados Unidos saíram em busca de uma cidade síntese da opinião dos norte-americanos. Valeu inclusive um filme protagonizado pelo ator James Stewart.

A preocupação se devia a uma soma de fatores. O primeiro deles a possibilidade de numa só pesquisa, num só universo, determinar a opinião média do cidadão do país sobre um determinado produto, medir suas ansiedades e desejos em relação ao consumo e por último evitar erros que por pouco não liquidam a credibilidade de um dos mais respeitáveis jornais dos EUA, o *The New York Times*, que anunciou a vitória de Delaway sobre Harry Truman, nas eleições presidenciais de 1948, em manchete, e Truman ganhou.

É lógico, o principal deles, reduzir os custos de uma pesquisa de âmbito nacional, ou estadual, realizando-a num só município, ou tal município síntese.

No Brasil, Sílvio Santos denunciou a “ditadura do Ibope” sobre os números da audiência de emissoras de televisão no País e mostrou o *modus faciendi* do instituto para determinar quem lidera o que, horário, programa, o que seja.

O Ibope, até hoje, tem na Grande São Paulo pouco mais de 600 domicílios contratados e pagos onde instala um aparelho que registra, instantaneamente, o canal de tevê sintonizado. Ao final de cada dia faz um relatório mostrando nos índices de audiência. Se tomarmos por base que cada domicílio tem em média quatro pessoas, temos 2,4 mil determinando quem é líder de audiência na tevê brasileira. Por horário, por programa, por dia, na média de cada mês.

O trabalho do Ibope é feito para a Rede Globo.

Em 1998, no segundo turno das eleições para o governo de Brasília, o diretor-presidente do Ibope, Augusto Montenegro, declarou a jornalistas que se Cristóvam Bu-

arque, governador que disputava a reeleição, não fosse o vencedor, rasgaria seu diploma e fecharia o instituto. Cristóvam perdeu e Montenegro nem rasgou o diploma e nem fechou o instituto.

Pesquisas eleitorais deixaram de ser um instrumento para se medir intenção de votos num determinado momento nos períodos pré-eleitorais e passaram a ser parte de campanhas políticas no processo de indução e consolidação de intenções de voto. Cria-se a sensação de que determinado candidato é o mais forte, tem um número maior de intenção de votos e isso, muitas vezes, na maioria das vezes aliás, funciona. O passo seguinte é consolidar esse voto criado nesse processo de indução, ou vir em socorro do candidato quando alguma coisa começa a dar errado.

O candidato/produto, desenhado, moldado e fabricado como resultado da soma de interesses de projeto pessoal (candidato), o que se presta ser transformado nisso, produto e interesses de grupos dominantes num determinado universo (município, estado ou país), ou ainda, no entrelaçamento, no caso do candidato/produto, de interesses vários convergindo para um determinado ponto ou grupo.

Institutos/empresas, *lato sensu*, trabalham para quem paga. No caso específico o Ibope funciona como rolo compressor tanto no campo de pesquisas de mercado, como no que gostam de chamar de “segmento eleições”.

O Ibope é contratado da Rede Globo e do governo federal. Cumpre à risca o que os padrões determinam. Executa seu papel com fidelidade absoluta a quem paga.

Nos últimos tempos o País assistiu ao show explícito da cumplicidade entre os poderes públicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), em defesa de Daniel Dantas, uma síntese dos interesses das elites que compraram o País no governo de FHV (Fernando Henrique Vende) e mantêm o controle no governo de Lula no que Ivan Pinheiro, secretário geral do PCB, com propriedade absoluta, chama de “capitalismo brasileiro”.

Se em anos atrás, 2006 por exemplo, a

Globo não noticiou o acidente com o avião da Gol para não atrapalhar o apoio a Alckmin e a necessidade de montar um dossiê para forçar o segundo turno nas eleições presidenciais (o Ibope havia sinalizado que Lula seria reeleito no primeiro turno), Daniel Dantas conseguiu o prodígio de unir todos os supostamente diferentes no campo político partidário em um grande acordo para manter intocado o principal acionista do estado brasileiro, ou face visível dos verdadeiros donos (latifúndio, empresas e bancos).

Isso explica a extraordinária ascensão dos números favoráveis ao presidente Lula nas duas últimas semanas. Globo e, pasmem, Veja chegaram a grande acordo com o governo federal, leia-se Lula, para viabilizar a candidatura da ministra da Casa Civil Dilma Rousseff em 2010.

Daniel Dantas é parceiro de um dos filhos do presidente (envolveu é lógico, mas envolveu, comprou, fez e faz negócios), tem empregados em funções ministeriais, no exercício de mandatos de deputado, senador, alguns governadores como Aécio e Serra, é um grande anunciante e tem negócios diretamente ligados à Globo, controla como ele próprio disse o Poder Judiciário (inclusive o presidente do STF Gilmar Mendes). Enfim, é uma espécie de rei num trono acima do Estado brasileiro e dos poderes ditos institucionais (de fato são, instituíram e mantêm faz séculos o domínio das elites).

Tem o poder de mexer as cordinhas.

Vai daí que o Ibope é parte disso e parte importante no processo eleitoral (no Brasil temos eleições de dois em dois anos). Cumpre o papel de vender o que o eleitor deve pensar e o voto que o eleitor deve dar em função desses interesses. O candidato, como disse, é produto.

Na cidade mineira de Juiz de Fora, varrida por um *tsunami* que ocupou o noticiário do País (o governo do ex-prefeito Alberto Bejani, corrupto de quatro costados), o Ibope vende o peixe da candidata Margarida Salomão, do PM (Partido da Margarida), agregada ao PT, uma versão PhD de Bejani, capaz de recitar versos de Shakespeare.

Ibope é noventa e nove

Os marqueteiros da “cidade síntese”, caso dos domicílios na grande São Paulo para medir índices de audiência de televisão, fabricaram um clone da ministra Dilma (Margarida Salomão), venderam a imagem em programas eleitorais sem a menor consistência, com palavrório vazio e montaram o circo para a candidata. Agora o Ibope “consolida” a liderança nas intenções de voto e joga em condições de igualdade, para que se estraçalhem os dois candidatos que disputam a segunda vaga para o segundo turno.

Aí a soma dos números dá noventa e nove, mesmo que pela lógica, pelo elementar tenha de ser cem. Isso antes de ser o que vem depois da vírgula como dizem e é desprezado, é o esquema para justificar eventuais desarranjos na orquestra, tipo margem de erro, tudo armadinho, certinho, o que não significa que a candidata não esteja à frente nas intenções de voto. Montou-se um boneco de vento e o boneco inflou, no caso Margarida. Mas é só um pesadelo para a cidade se aterrissar na sede da Prefeitura e na cadeira de prefeito.

Um dos candidatos a prefeito, empresário e com ligações com a Globo, aproveitou o ensejo e supostamente fez propaganda para si, mesmo sabendo-se fora da disputa. Omar Peres. Criou “Omar/garida no segundo turno”. Não é nada disso. É acordo para vender a mercadoria Margarida.

Ao consumidor eleitor.

Em Gloucester, na Grã-Bretanha, um instituto de pesquisa quis medir a possível aceitação de um produto apontado como exótico e criou como parte do processo, da campanha, a moda de calças compridas com uma perna só, a outra exposta. Vendeu como água, como se diz. O público consumidor/eleitor bombardeado pelas “informações/



desinformações” do mundo do instantâneo, mas que se dissolve ao bater, estava no ponto de comprar o que queriam vender e imaginar que ele público/eleitor decidia alguma coisa.

É o caso de eleições no Brasil. Estão lançando a moda de calças compridas com uma perna só. No caso que citei, Margarida Salomão, candidata do PM (Partido da Margarida), ela aluga uma das mais fortes marcas dos tempos atuais no Brasil. A marca PT, mesmo porque, em outros tempos, já alugou outras. Mas pode ser o contrário, Kassab em São Paulo, o que melhor convém a parte dos sócios do Brasil. São os muitos universos, aparentemente diferentes.

E a marca é tão boa e está tão escorrida que como lembrou o jornalista Celso Lungaretti, dos 5.563 municípios brasileiros, a marca PT está coligada com o PSDB em 1.095, ou seja, em 19,7%; ao DEM em 957 cidades, ou seja, 17,2%; ou ainda em 20,3% com o PPS de Roberto Freire – que considera Lula um presidente corrupto.

Mais, como assinala Lungaretti, em 3.181 municípios brasileiros, a marca PT fez alianças com 57,2% dos partidos de oposição ao governo federal, os principais e seus satélites.

E também como define o próprio Celso Lungaretti são “partidos gelatinosos”.

Não têm nada a ver com democracia, com luta popular. São “farinha do mesmo saco” num mundo que começou a despençar em Wall Street, se espalha por todo o entorno, todo o resto e vai deixar uma baita conta para o eleitor/consumidor.

Margaridas são muitas. Márcio Lacerda, Kassab, Eduardo Paes, Crivella, cada qual busca um lugar no palco ou no centro de decisões, menor ou maior, mas um lugar onde possam jogar o jogo do poder em favor de si próprios e dos interesses que representam e aos quais se submetem.

*Jornalista

Como podemos enfrentar essa crise?

Max Leone*

O abalo da crise financeira internacional se alastra mundo afora. Uma gigantesca onda vinda do norte ameaça arrasar a economia mundial num piscar de olhos. Só para se ter uma idéia da dimensão do problema, o colapso do sistema financeiro americano já pulverizou mais de US\$ 17 trilhões de dólares das Bolsas de Valores de todo o planeta nos últimos meses, devido aos tombos diários dos papéis negociados. Os estragos são sentidos por países ricos, pelos emergentes e pelos mais pobres. Ao ponto de os Bancos Centrais locais terem que sair em socorro às instituições financeiras para tentar evitar um mal maior em seus territórios. Em meio a tanta incerteza, fala-se até em uma refundação do capitalismo, como sugeriu o presidente da França, Nicolas Sarkozy, em recente reunião com outros 26 líderes de países da União Européia, entre eles os da Alemanha e do Reino Unido, e além de reformular do atual sistema financeiro, lançado em 1944.

Mas enquanto as mudanças não ocorrem o cidadão comum assiste a toda essa turbulência sem saber o que fazer. E o que fazer? Especialistas advertem que o cenário será de um futuro próximo cheio de nuvens negras. Teremos pela frente aumento de preços, principalmente de produtos que utilizam componentes importados, menos crédito na praça, juros mais altos e prazos reduzidos para o pagamento.

“O Brasil, de uma maneira geral, está numa posição boa, em relação aos outros países, por causa do mercado interno forte e da rede de proteção social. São amortecedores contra as intempéries do mercado. No entanto, a tempestade já chegou e vai causar estrago. O momento é de incertezas, então o mais adequado é esperar, principalmente em relação à tomada de crédito, porque se trata de uma crise grave”, alerta o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A desconfiança generalizada é o que provoca estragos nas bolsas e nos mercados mundiais. Com o agravamento da crise e a quebra do banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers, os Estados

“A ordem agora é não se endividar e manter um padrão de consumo responsável. Pesquisar antes de comprar também é uma boa arma contra os aumentos de oportunidade, em que os empresários aproveitam momentos de dúvida e incerteza para elevar seus preços sem justificativa econômica”, afirma Matalizi.

Unidos investiram mais de US\$ 1 trilhão, a União Européia aprovou um plano de socorro de 2,2 trilhões de euros e, no Brasil, entre outras medidas, o governo Lula anunciou mudanças nas regras dos depósitos compulsórios dos bancos, permitindo a compra das carteiras de bancos em dificuldades por aqueles que estão em melhor condição.

“O que estamos colhendo hoje é apenas a consequência da omissão de alguns governantes americanos a uma política que concedia créditos sem nenhum critério para a população americana, fazendo com que se endividassem sem condições de honrar seus compromissos. Esse movimento deflagrou a atual crise que se estendeu a diversos países, afetando diretamente as bolsas do mundo todo. Além disso, ocorreu nos últimos anos a supervalorização de ações de algumas companhias em função da especulação por parte de uma minoria de investidores que fazem disto um negócio”, explica o economista Reinaldo Domingos, autor do livro *Terapia Financeira*, referindo-se à onda, cujo foco inicial, foi o mercado americano de hipotecas imobiliárias, as chamadas *subprime*.

O advogado especializado na área financeira e em fomento mercantil Luiz Guilherme Samico Matalizi complementa: “Esses

empréstimos (as hipotecas) serviam apenas para alimentar o desejo de consumo. O dinheiro não era empregado em novas atividades produtivas. Então chegou a um ponto em que o americano comum comprometeu de cem a 120 vezes seu patrimônio com empréstimos e não tinha mais como pagar. Por outro lado, os EUA defendem que seus bancos não devem ser regulamentados. Com isso, os bancos de lá não respeitam acordos internacionais, em especial o de Basiléia, que limita o nível de endividamento de uma instituição financeira em até 12 vezes seu patrimônio. Há bancos lá que chegaram a se endividar até 50 vezes seu patrimônio e perderam toda a solidez”.

Para se proteger, o consumidor comum terá de se preparar e enfrentar altas de preços, principalmente dos produtos importados e equipamentos eletrônicos. Com o encurtamento do crédito e a possibilidade de juros mais altos, a ordem é evitar endividamentos, ainda mais que estamos chegando às festas de fim de ano e no começo do ano seguinte sempre tem as contas extras de IPTU, IPVA, matrícula e material escolar.

“A ordem agora é não se endividar e manter um padrão de consumo responsável. Pesquisar antes de comprar também é uma boa arma contra os aumentos de oportunidade, em que os empresários aproveitam momentos de dúvida e incerteza para elevar seus preços sem justificativa econômica”, afirma Matalizi.

O economista Reinaldo Domingos recomenda cautela. Até porque o consumidor já está sentindo no bolso os efeitos da crise, visto que os preços dos produtos de consumo estavam em alta antes mesmos da crise. “Imagine agora que a crise já é clara. Teremos muitas oscilações nestes próximos meses, mas teremos que ter muita calma. E rever planos e orçamento, já que não tem data para o término da crise. Assim, faça um bom diagnóstico financeiro e reveja todos seus gastos e não se esqueça que estamos perto do fim de ano e em 2009 teremos muitas despesas. Reserve dinheiro para seus futuros gastos e passará por esta crise sem maiores problemas”, orienta.

*Da Redação.

Decididamente o povo carioca vai votar nulo. Não, não estou contrariando o respeitado Instituto Ibope Pró Consult, que previu a derrota de Brizola em 82, a derrota ainda no primeiro turno de Jacques Wagner, além da não eleição de Marina Silva e Heloísa Helena, de nenhuma maneira eu iria contrariar instituição tão isenta e imune a erros. É que, analisando o que significa a disputa de segundo turno na Cidade Maravilhosa, aquela que já foi a Cidade Vermelha, por eleger uma câmara de vereadores na qual 9 dos 14 eleitos eram do PCB ou por ser o principal foco de oposição à ditadura, vê-se que um ou outro representam a mesma coisa, a nulidade de opção de mudança.

Entre Eduzinho Vira-vira e Gagabeira, o eleitor vai optar por continuar a turma do Sérgio Cabral ou a turma do Cesar Camaialeão. O candidato verde anti-ecológico, era muito mais divertido na época em que defendia o direito de todo mundo acender um *base*. Aliás, a pergunta que não quer calar, eleito prefeito o pessoal vai poder acender uma *cannabis* na praia numa boa ou a Guarda Municipal vai baixar o cacete? Vida de prefeito é dura, acender ou não, eis a questão. Entre a simpática figura de esquerda ecológica e a nova, do velhinho conservador pró-PSDB, vai a distância enorme do homem que endireitou sua vida. Foi endireitando, endireitando, endireitando tanto, que um dia se viu comemorando vitórias nos braços de ACM Neto e Bornhausen.

O ver-de que defende aterro sanitário, desde que seja no subúrbio (haja paciência, "suburbanos"!) e que agora vê a ecologia como uma espécie de Disneylândia – quer conservar as lagoas desde que elas virem uma espécie de parque para europeus, americanos e japoneses entediados. O verde que se insurge contra o rouba mas faz, mas se cala contra o mata mas faz – aliança com candidato acusado de comandar esquadrão da morte, isto pode, afinal, não sejamos pu-

ristas, né?. Além de achar que o petróleo é deles, dos norte-americanos, europeus, japoneses, como já defendeu em revistas insuspeitas de tão reacionárias como a *Óia*.

Já Eduzinho Vira-vira, já foi Corinthians, Grêmio, Barcelona, Botafogo, São Cristóvão, Cabofriense. No início do ano era tricolor, no meio pendia para o Vasco, até ontem gritava Mengo com todos os pulmões, mas o Flamengo perdeu para o Galo. Ele parece com aquele menino para quem se pergunta para quem torce e responde: para o time que está ganhando. Se no início achava que Lula era incompetente e mensaleiro, agora quer governar o Rio com a bênção do presidente. Se antes era dede e unha com Cesar Camaialeão, parece que herdou dele a capacidade de mudar de partido e de opinião como quem muda de casaquinho azul, e hoje é ele que vai acabar com a continuidade da turma do Cesar Maia na prefeitura. Ué, mas ele não era da turma do Cesar? Ele muda de casaca numa velocidade tão grande que vai acabar sendo o contrário do guerrilheiro da tanga, que caiu nos braços do Serra. Do jeito que vai, Eduzinho, que já foi PFL, qualquer dia vai militar nas Farc na luta contra o imperialismo.

Também, querer o que de uma campanha que tinha 3.246 candidatos de esquerda, cada um com 0,01% dos votos. Em que todos os candidatos eram candidatos do presidente Lula, bem, pelo menos até antes da crise econômica. Até a menininha em Campos gravou comercial no estilo *Lula love me*. Em que os candidatos da direita, não queriam ser direita. Em que a direita pede voto para os militantes da esquerda. Será que isto tudo é reflexo da crise do *subprime*? Fukuyama revisitado: a história não acabou, mas os capitalistas ideológicos sim. Candidato não quer falar que distribui santinho, afinal, santo é para quem adora imagem e quem adora imagem adora o Demo (sem trocadilhos infames com o partido homônimo da extrema direita). Só podia dar no que deu.... eleitor confuso, sem saber para onde correr e com duas opções tão pobres, que, votando em quem votar o voto vai ser uma nulidade.

A única coisa boa nesta eleição do Rio, entre os Sadans do Funk, Joãozinhos da Farmácia, Eltinhos do Posto, Totózinhos da Milícia e Glorinhas do Pó é que cronistas, chargistas e todos os tipos de humoristas terão material farto para se deleitar até a próxima eleição.

*Fulgêncio é alcoólatra, hipocondríaco e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil que fazer.

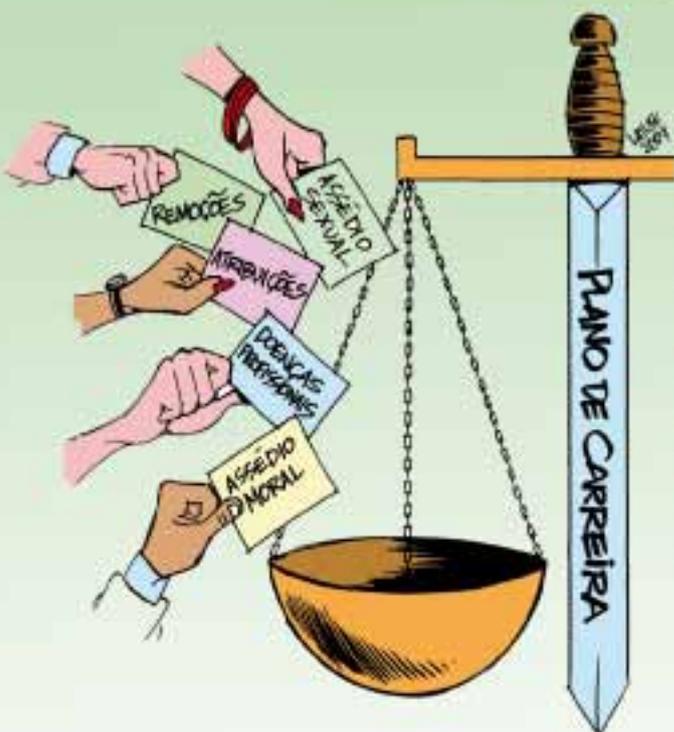




Encontro Estadual sobre Plano de Carreira

14 e 15 de novembro de 2008

Sede do Sisejufe – Rio de Janeiro



- ✓ Que carreira queremos?
- ✓ Jornada de 6 horas
- ✓ Quadro e Carreira Única
- ✓ Defesa da saúde e luta contra os assédios moral e sexual
- ✓ Critérios objetivos para ocupação de FCs e CJs
- ✓ Isonomia entre chefes de cartório na capital e no interior
- ✓ Revisão da tabela salarial

Na sexta, 14 de outubro, e no sábado, 15 de outubro, na sede do sindicato (Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar – Centro) a categoria dos servidores do Judiciário Federal se encontra para decidir a proposta que o Sisejufe vai defender na Fenajufe e na luta pelo Plano de Carreira. Sua participação é fundamental.

13º Botequim do Sisejufe apresenta a Festa do Servidor Público
com o grupo

galocantô

Sexta, 31 de outubro, a partir das 19h30, no DC Grill – Av. Rio Branco, 124 – Clube de Engenharia
Ingressos a R\$ 20 – Comidas e bebidas liberadas* – Informações no telefone (21) 2215-2443

* Chopp, caipirinha, sucos, coquetéis, comida japonesa, peixes, frango, esfihas, pizzas, frutas e muito mais



O Sisejufe oferece aos servidores ativos, inativos, pensionistas e aos seus dependentes a oportunidade de iniciar seu curso superior na Estácio.

Descontos para funcionários e seus dependentes**

- Até 25% nos cursos da Graduação Tradicional
- 10% nos cursos da Universidade Politécnica (Graduação até 2 anos e meio)
- Até 30% nos cursos de Pós-Graduação *Lato sensu* (presencial e telepresencial)

** Não há nenhum tipo de desconto para os cursos de Medicina, Gastronomia e Conservação e Restauro.

Formas de Ingresso

VESTIBULAR

Consulte as datas das provas no site

VESTIBULAR DIFERENCIADO REDAÇÃO

Avaliação de segunda a sábado nas unidades da Estácio.
Resultado em 1 hora (após o término do curso)

VESTIBULAR POR COMPUTADOR

Redação de segunda a sábado, nos laboratórios de informática da Estácio.
Resultado 30 minutos após o término do curso.

ENEM

Candidatos avaliados pelo Enem são dispensados do vestibular (exceto para o curso de Medicina).

CREDITO UNIVERSITÁRIO: pague seu curso* em até o dobro do tempo.

*Exceto para o curso de Medicina

Conheça o Grupo Estácio

- 38 unidades no estado do Rio de Janeiro e 22 em outros 11 estados brasileiros.
- 195 mil alunos matriculados em mais de 90 cursos de graduação e 150 de pós-graduação lato sensu.
- 5 mil professores, a maioria mestre e doutores.
- Parceria com instituições internacionais: École hôtelière de Lausanne e Lausanne Hospitality Consulting (Suíça) e Alain Ducasse Formation (escola de gastronomia da França)

Informações no site www.estacio.br ou pelo telefone (21) 3231-0000